

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para restauração, recuperação e melhoramento de pavimento do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, no trecho municipalizado de Belo Horizonte, sendo o segmento compreendido entre o Km 454,40 e o Km 468,20 da rodovia BR-381/MG, entre o Km 535,60 e o Km 543,80 da rodovia BR-040/MG, além do trecho entre o Km 468,20 e o km 468,50 também na rodovia BR-381/MG, no município de Belo Horizonte

Regional: Diversas

Plano de Obras: DV-O-MAN-25-3530

1. OBJETIVO

- 1.1. Este Termo de Referência da Licitação, parte integrante do edital de licitação, tem por objetivo estabelecer o conjunto de elementos necessários e suficientes, para a execução dos serviços de restauração funcional do pavimento do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, no município de Belo Horizonte, com nível de precisão adequado para configurar a execução do objeto licitatório. O objetivo é garantir a manutenção contínua e eficiente da infraestrutura rodoviária, assegurando a segurança dos usuários, a durabilidade da via e a otimização dos recursos públicos.
- 1.2. Em caso de possíveis dúvidas decorrentes de conflitos entre o projeto de engenharia, a planilha orçamentária, e as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência da Licitação, prevalecerá o que estiver contemplado nos seguintes elementos e nesta ordem:
 - 1.2.1. Termo de Referência da Licitação;
 - 1.2.2. Caderno de Encargos da SUDECAP vigente;
 - 1.2.3. Planilha contratual;
 - 1.2.4. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

2. OBJETO

Constitui escopo da presente licitação, a execução dos serviços de engenharia para restauração funcional do pavimento do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, no trecho municipalizado de Belo Horizonte, sendo o segmento compreendido entre o Km 454,40 e o Km 468,20 da rodovia BR-381/MG, entre o Km 535,60 e o Km 543,80 da rodovia BR-040/MG, além do trecho entre o Km 468,20 e o km 468,50 também na rodovia BR-381/MG, no município de Belo Horizonte.

- 2.1. Os serviços a serem executados incluem, mas não se limitam a:

- 2.1.1. **INSTALAÇÃO DE OBRA;**
- 2.1.2. **DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES;**
- 2.1.3. **TRABALHOS EM TERRA;**
- 2.1.4. **GALERIA CELULAR E/OU CONTENÇÕES**
- 2.1.5. **DRENAGEM;**
- 2.1.6. **PAVIMENTAÇÃO;**
- 2.1.7. **VEÍCULO;**
- 2.1.8. **ADMINISTRAÇÃO LOCAL;**
- 2.1.9. **VIGILÂNCIA**

- 2.2. Os serviços ainda incluem, mas não se limitam:
 - 2.2.1. Fresagem;
 - 2.2.2. Recapeamento Asfáltico;
 - 2.2.3. Reciclagem e Reconstituição Pontual de Camadas;
 - 2.2.4. Reconstrução Pontual do Pavimento;
 - 2.2.5. Sinalização Horizontal.

- 2.3. Localização
 - 2.3.1. Os serviços objetos desta licitação poderão ser executados em quaisquer vias situadas dentro dos limites territoriais do Município de Belo Horizonte, no trecho municipalizado do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, no Município de Belo Horizonte, compreendido entre o Km 454,40 e o Km 468,20 da rodovia BR-381/MG, entre o Km 535,60 e o Km 543,80 da rodovia BR-040/MG, além do trecho entre o Km 468,20 e o Km 468,50 também na rodovia BR-381/MG., assim como nas marginais.
 - 2.3.2. As intervenções poderão ao longo do trecho municipalizado do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, no Município de Belo Horizonte, incluindo pista principal e vias marginais, conforme necessidade identificada pela Administração e priorização técnica estabelecida pela fiscalização contratual.
 - 2.3.3. A Contratante, sediada na Rua dos Guajajaras, nº 1.107, CEP 30180-100, Bairro Lourdes, Regional Centro-Sul (coordenadas 19.92407, -43.94462), emitirá as Ordens de Serviço de acordo com as prioridades estabelecidas pela Administração Municipal, respeitando o planejamento e as diretrizes técnicas vigentes.

2.4. Prazos

- 2.4.1. O prazo de vigência do contrato é de 36 meses (trinta e seis meses), contados da assinatura do contrato.
- 2.4.2. Por se tratar de serviços contínuos, o contrato poderá ser renovado, conforme o artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Valor estimado para a contratação

- 2.5.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 137.167.861,46 (Cento e trinta e sete milhões e cento e sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos), tendo como data base setembro/2025, conforme os apêndices deste Termo de Referência.

2.6. Dotação Orçamentária

- 2.6.1. Os serviços licitados serão custeados com recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), conforme rubrica(s) nº :

2700.1300013.15.451.311.2955.0001.449051.01.1.752.000 – CO 0000 da
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI.
Reduzido 2026: **27000457**

2.7. Plano de Contratações Anual

A contratação pretendida não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações vigente, uma vez que a demanda decorre de fato superveniente à sua elaboração. A necessidade dos serviços de engenharia para recuperação funcional do pavimento do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo surgiu em razão da transferência de gestão do referido ativo rodoviário do Governo Federal para o Município de Belo Horizonte, formalizada em 03/06/2025, por meio do Termo de Transferência nº 68 e respectivo Termo Aditivo, que promoveram a municipalização dos trechos compreendidos entre o Km 454,40 e o Km 468,20 da BR-381/MG, entre o Km 535,60 e o Km 543,80 da BR-040/MG, e do segmento entre o Km 468,20 e o Km 468,50 também na BR-381/MG. Trata-se, portanto, de atribuição recentemente incorporada à esfera municipal, cuja assunção implicou a necessidade imediata de planejamento e execução de ações de manutenção e reabilitação do pavimento, de modo a garantir condições adequadas de segurança viária, mobilidade e funcionalidade da infraestrutura transferida. Dessa forma, a presente contratação mostra-se indispensável para o adequado cumprimento das novas competências assumidas pelo Município, bem como para resguardar o interesse público quanto à conservação, trafegabilidade e segurança de um dos principais corredores viários da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

- 2.8. Os serviços objeto desta licitação estão previstos no Cronograma Físico-Financeiro - APÊNDICE II deste Termo de Referência. As execuções dos serviços deverão atender às especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos da SUDECAP, bem como às

normas da ABNT e de todas aquelas mencionadas neste Termo de Referência.

- 2.9. A licitante deverá analisar todo o material técnico disponibilizado neste Termo de Referência, considerando os serviços a serem executados e o prazo previsto, devendo identificar e listar eventuais erros, falhas ou omissões que venha a encontrar. Durante a execução contratual, não serão admitidas alegações pela Contratada de que o projeto, os documentos técnicos ou a planilha inviabilizam o cumprimento do prazo, do preço ou da qualidade contratados.

3. JUSTIFICATIVA

- 3.1. O Anel Rodoviário de Belo Horizonte se configura como um dos eixos mais críticos da infraestrutura logística de Minas Gerais e do Brasil.
- 3.2. O pavimento rodoviário, elemento fundamental da infraestrutura de transporte, está continuamente submetido a um processo natural e progressivo de deterioração. Fatores como o tráfego intenso, variações climáticas (temperatura, chuva), a ação da água, a qualidade dos materiais utilizados e a idade da estrutura contribuem para o surgimento de defeitos como fissuras, trincas, panelas, deformações permanentes (afundamentos de trilha de roda) e desagregações. Essas manifestações degradam a superfície da pista, comprometendo diretamente a qualidade de rolamento.
- 3.3. Diante desse cenário, a garantia da funcionalidade, do conforto e, primordialmente, da segurança dos usuários, demanda ações periódicas e estratégicas de manutenção e reabilitação de pavimento. Ignorar ou postergar tais intervenções resultaria em custos de recuperação exponencialmente maiores no futuro, além de impactar negativamente a fluidez do tráfego, aumentar o consumo de combustível dos veículos, elevar os custos operacionais do transporte e, o mais crítico, elevar o risco de acidentes.
- 3.4. Outro fator que justifica a contratação de um serviço desta natureza é a correlação direta entre a qualidade da via, e sua pavimentação e manutenção, com a segurança dos usuários. Dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG) evidenciam a criticidade do Anel Rodoviário, que possui média de 12 acidentes por dia (1.473 ocorrências entre janeiro e abril de 2025), configurando-se como o corredor viário mais letal da capital
- 3.5. Nesse contexto, a contratação de serviços de engenharia para restauração, recuperação e melhoramento do pavimento do Anel Rodoviário de Belo Horizonte constitui medida essencial para a sustentabilidade da rodovia e para o desenvolvimento socioeconômico da região, mediante aplicação de metodologia e técnicas, consagradas de reabilitação de pavimentação asfáltica.

- 3.6. Espera-se que a contratação resulte em uma melhoria significativa das condições de segurança e conforto dos usuários, com a redução de acidentes, a diminuição do tempo de viagem e a otimização dos custos operacionais dos veículos. Ao garantir a qualidade da pista de rolamento, a contratação contribui para o desenvolvimento econômico e social da região metropolitana de Belo Horizonte.
- 3.7. As quantidades a serem contratadas foram definidas com base em abordagem técnica fundamentada, visando assegurar a adequação das intervenções e precisão orçamentária e a otimização dos recursos públicos, refletindo um planejamento alinhado às melhores práticas de gestão de infraestrutura rodoviária.
- 3.8. Para a definição desses quantitativos, foram considerados principalmente:

- I – Interlocução técnica com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- II – Acompanhamento de ações de reabilitação de pavimento em execução ou recentemente concluídas no Anel Rodoviário.

O estudo realizado resultou na discriminação das planilhas de itens e quantitativos do Anexo ao Estudo Técnico Preliminar. Ressalta-se que a determinação precisa das quantidades apresenta dificuldade intrínseca, em razão da natureza dinâmica e imprevisível das patologias do pavimento, agravada pela ausência históricos municipal de manutenção, decorrente da recente municipalização da via.

A estimativa orçamentária adotou como referência as Tabelas Oficiais (SUDECAP, SINAPI, SETOP e SICRO).

- 3.9. Os serviços descritos neste Termo de Referência, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e especificações usuais no mercado, enquadram-se como serviços comuns de engenharia, conforme definido na alínea “a” do inciso XXI, do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.10. A caracterização do serviço como contínuo decorre de sua própria natureza, uma vez que a descontinuidade comprometeria a funcionalidade da rodovia e a segurança viária. Mostra-se técnica e economicamente viável a fixação do prazo contratual de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, evitando a descontinuidade dos serviços e reduzindo custos administrativos decorrentes dos serviços e reduzindo custos administrativos decorrentes de sucessivas contratações ou prorrogações. O prazo ampliado também favorece a competitividade e o planejamento operacional das licitantes.
- 3.11. A presença da expressão “obra” em determinados itens decorre da nomenclatura padronizados pelas planilhas oficiais (SUDECAP, SETOP, SINAPI e SICRO) e instrumentos

técnicos correlatos (Caderno de Encargos, Plano de Segurança de Obra) elaborados pela SUDECAP, o que inviabiliza, operacionalmente, a mudança da expressão. Portanto, mesmo constando tais expressões, não há descaracterização do objeto como serviço comum de engenharia.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviços comuns de engenharia para restauração, recuperação e melhoramento de pavimento, incluindo mão de obra, serviços e equipamentos, a serem contratados mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, modo de disputa aberto e fechado, critério de julgamento menor preço global e empreitada por preço unitário.

4.2. Justificativa para escolha do modo de disputa ABERTO e FECHADO:

A adoção do modo de disputa será conjuntamente, aberto e fechado, nos termos do artigo 56 da Lei no 14.133/2021. A alternativa revela-se a mais adequada ao atendimento do interesse público no presente certame. Esse formato possibilita, em um primeiro momento, a apresentação de lances sucessivos em disputa aberta, garantindo maior competitividade, transparência e busca pela proposta mais vantajosa, uma vez que os licitantes têm a oportunidade de ofertar valores progressivamente mais vantajosos para a Administração.

Na sequência, a fase de disputa fechada assegura maior sigilo e estratégia na formulação da proposta final, evitando que a competição exclusivamente aberta leve a lances excessivamente agressivos ou inexecutáveis, o que poderia comprometer a execução contratual. Essa etapa garante maior racionalidade no julgamento, permitindo que o licitante apresente sua melhor proposta final em condições de igualdade, com base em critérios objetivos e sem influência direta da dinâmica competitiva.

Portanto, a utilização do modo de disputa aberto e fechado combina as vantagens da ampla competição com a segurança de propostas finais consistentes e equilibradas, em conformidade com os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei no 14.133/2021).

Além disso, a escolha desse modo de disputa se alinha às boas práticas de governança nas contratações públicas, uma vez que reduz riscos de inexecutabilidade, fortalece a transparência do processo licitatório e proporciona maior equilíbrio entre competição e sustentabilidade contratual.

- 4.3. A forma de contratação dos serviços comuns de engenharia mediante processo licitatório visa garantir a ampla concorrência entre os fornecedores garantindo a maior vantagem para a Administração Pública.

O critério de julgamento escolhido para o objeto em questão é o menor preço, aferido de forma global. Foi descartada a opção de Maior Desconto, pois a redução dos valores seria proporcional em todos os itens da Planilha de Orçamento, o que pode inviabilizar a prestação de alguns serviços pela Contratada, bem como prejudicar a formação de preços de mercado praticados pela Contratada.

- 4.4. Optou-se pela modalidade licitatória pregão, por entender-se tratar de serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos por meio deste instrumento e de normas aplicáveis. O recapeamento asfáltico do anel rodoviário de Belo Horizonte utiliza soluções executivas padronizadas conforme normas técnicas DNIT, SUDECAP e ABNT, aplicáveis a qualquer segmento de rodovia; as especificações técnicas são objetivas e mensuráveis (granulometria de agregados, dosagem de CAP, espessura, densidade, rugosidade), sem necessidade de adaptações projetuais; os insumos (CAP, agregados, aditivos) são produtos comerciais comuns, fornecidos por múltiplos fabricantes conforme especificações técnicas padronizadas; os equipamentos requeridos (vibro-acabadora, rolos compactadores, caminhões espargidores) são tecnologia consolidada e disponível em quantidade suficiente no mercado; e a mão de obra é especializada, com colaboradores de pavimentação asfáltica encontram-se disponíveis no mercado com as competências exigidas, permitindo que múltiplos licitantes atendam ao mesmo padrão técnico.

- 4.5. As especificações técnicas para execução do serviço seguem as normas DNIT 031/2006-ES (Pavimentos Flexíveis – Misturas Asfálticas Quentes) e ABNT NBR 16259. Os ensaios de aceitação incluem extração de amostras, análise granulométrica, determinação de ligante, densidade de campo e ensaios mecânicos, conforme metodologia consolidada no setor. Qualquer licitante habilitado e detentor de tecnologia de pavimentação asfáltica estará em condições de atender integralmente às especificações, não havendo necessidade de soluções projetuais diferenciadas.

- 4.6. Entende-se tecnicamente viável que o critério de seleção se dê pelo menor preço, em nada obstando, do ponto de vista técnico, a utilização do pregão, visando menor dispêndio para a Administração, de modo que o critério Menor Preço deve ser utilizado, pois a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas, excedendo os requisitos mínimos das especificações e qualificação, não são relevantes aos fins pretendidos pela Administração. Foi descartada a opção de Maior Desconto, pois a redução dos valores seria proporcional em todos os itens da Planilha de Orçamento, o que pode inviabilizar a prestação de alguns

serviços pela Contratada, bem como prejudicar a formação de preços de mercado praticados pela Contratada. Desse modo, a escolha do vencedor pelo menor preço é a mais adequada.

4.7. Os serviços serão pagos em função das unidades de serviço efetivamente executadas. A empreitada por preço unitário foi escolhida devido à impossibilidade de definição prévia, de forma precisa, de todas as situações a serem atendidas na contratação, o que não nos permite prever o cálculo exato das quantidades, mas garante o pagamento somente daqueles itens efetivamente utilizados. Diante disto, a opção por um regime de empreitada por preço global poderia aumentar muito os riscos para as partes, gerando um acréscimo ou decréscimo irrazoável na composição dos preços, devido aos custos indiretos, e, consequentemente, do valor da contratação.

4.8. Divisibilidade do objeto:

4.8.1. O objeto da presente contratação não será dividido em lotes, considerando que os serviços a serem executados possuem características similares, com escopo técnico padronizado, metodologias compatíveis e a possibilidade de execução por uma mesma empresa, o que permite a unificação do objeto em um único lote.

4.8.2. A indivisibilidade técnica e funcional do objeto é um fator preponderante. O pavimento é um sistema contínuo e interdependente; intervenções em um segmento afetam diretamente a performance e a durabilidade dos segmentos adjacentes. Se a obra fosse dividida em lotes ou por tipo de serviço entre diferentes contratadas, haveria um alto risco de descontinuidades técnicas, variações na qualidade dos materiais e nos métodos executivos aplicados em cada segmento contratual. Isso poderia resultar em interfaces problemáticas, desempenho heterogêneo do pavimento ao longo do Anel e, em última instância, comprometer a vida útil da estrutura como um todo, exigindo novas intervenções precocemente.

4.8.3. A economia de escala e a otimização de custos seriam severamente comprometidas com o parcelamento. Custos fixos significativos, como a mobilização e desmobilização de grandes equipamentos (usinas de asfalto, fresadoras de alta capacidade, vibro-acabadoras) e a montagem de equipes de gerenciamento, seriam multiplicados para cada lote ou contratada. Um único contratado pode diluir esses custos fixos por uma maior metragem de obra, além de obter melhores condições comerciais na aquisição de insumos em grande volume (cimento asfáltico de petróleo, agregados, etc.). A fragmentação aumentaria o custo unitário por serviço, tornando a contratação geral mais onerosa para a Administração Pública.

- 4.8.4. A complexidade de gerenciamento e fiscalização também seria drasticamente elevada. Coordenar múltiplos contratos simultaneamente em uma via de alta criticidade imporia um esforço administrativo maior, exigindo uma equipe de fiscalização mais robusta e mais especializada. Implicariam problemas na sincronização de cronogramas, na alocação de recursos, na resolução de conflitos de interface e na atribuição de responsabilidades. A gestão unificada, por outro lado, simplifica o fluxo de trabalho, padroniza os procedimentos de controle de qualidade e otimiza a aplicação dos recursos de fiscalização, garantindo maior eficiência e transparência.
- 4.8.5. Adicionalmente, o gerenciamento de tráfego e a segurança viária seriam mais difíceis e arriscados em um cenário parcelado. O Anel Rodoviário demanda um plano de tráfego unificado e rigoroso, com desvios bem sinalizados e ações coordenadas para minimizar os impactos aos usuários diários. A atuação de diversas empresas, cada uma com sua própria metodologia de sinalização e interrupção do fluxo, poderia gerar confusão, aumentar o risco de acidentes e causar maiores congestionamentos. Um único contratado permite a elaboração e execução de um plano de tráfego mais coeso, homogêneo e de fácil compreensão para os motoristas.
- 4.8.6. Por fim, a responsabilidade única e a garantia de qualidade são pontos cruciais. Com um único contrato, a responsabilidade pela integridade e qualidade de toda a obra recai sobre uma só empresa, simplificando a aplicação de cláusulas contratuais e a exigência de correções durante o período de garantia. Em um cenário parcelado, a identificação da origem de um problema que se manifesta na interface entre dois lotes ou serviços, ou mesmo a atribuição de responsabilidade por defeitos em um trecho que teve múltiplas intervenções, seria complexa e possivelmente levaria a disputas e morosidade na resolução.
- 4.8.7. Assim, a opção pela contratação integral, sem parcelamento, é a que melhor atende aos princípios da economicidade, eficiência e segurança, garantindo a entrega de uma infraestrutura de qualidade superior para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.
- 4.8.8. Tal estratégia não compromete a economicidade nem a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional para atender às frentes de trabalho. Dessa forma, a presente justificativa está em conformidade com o disposto no art. 18, § 1º, VIII, da Lei no 14.133/2021, que admite a não adoção do parcelamento quando houver fundamentação técnica que comprove ser a solução mais vantajosa para a

Administração.

- 4.8.9. Assim, a opção pela contratação integral, sem parcelamento, mostra-se a mais vantajosa à Administração, conforme fundamentação técnica constante do Estudo Técnico Preliminar, em consonância com o art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Consórcio:

- 4.9.1. Será admitida a formação de consórcio para a execução do objeto/escopo da presente licitação, uma vez que a dimensão dos serviços possibilita que a atuação conjunta de mais de uma empresa atenda melhor à prestação dos serviços necessários.
- 4.9.2. Considerando o valor estimado elevado da contratação, o prazo de execução prolongado e a necessidade de atuação simultânea em múltiplas frentes, a extensão dos serviços, aliada à complexidade técnica e logística, que abrange o fornecimento contínuo de insumos, mobilização de equipamentos e manutenção de padrões rigorosos de qualidade, demanda estrutura operacional e capacidade econômico-financeira robustas, que podem ser mais adequadamente atendidas por meio da associação entre empresas.
- 4.9.3. Nesse contexto, a formação de consórcios contribui para a ampliação da competitividade do certame, ao permitir a participação de empresas que, isoladamente, poderiam não reunir todas as condições necessárias para execução integral do objeto, ao mesmo tempo em que potencializa a capacidade técnica, operacional e financeira do conjunto das consorciadas. Tal medida se mostra alinhada aos princípios da eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando maior probabilidade de execução adequada e tempestiva do contrato, sem prejuízo das exigências de habilitação compatíveis com o porte e a complexidade da contratação, razão pela qual a permissão atende à regra da Lei 14.133/21.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, devendo o fornecedor apresentar:

5.1.1. Habilitação jurídica:

- 5.1.1.1. registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário

individual;

- 5.1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- 5.1.1.3. documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- 5.1.1.4. ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 5.1.1.5. decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 5.1.2.1. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.1.2.2. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.1.2.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 5.1.2.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 5.1.2.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho; o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.1.3. Os documentos referidos nos itens 5.1.2 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

5.1.4. A comprovação de atendimento do disposto nos itens 5.1.2.3 a 5.1.2.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

5.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.2.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais

demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

- 5.2.2. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 5.2.3. capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Justificativa: Referida exigência visa minimizar os potenciais riscos que esta dita contratação pode vir a apresentar. Diante da relevância da presente contratação, não apenas pelo volume financeiro envolvido, mas sobretudo em face das características do serviço a ser prestado que é de grande importância para o Município. Cabe à Administração zelar para que seja contratado fornecedor apto a conduzir o contrato resultante desta licitação.

- 5.2.4. Para melhor definição da qualificação econômica informamos que o objeto se enquadra nas seguintes linhas de fornecimento/serviço do GRP:

**GRUPO 3.02 – Serviços – OBRAS CIVIS E SERVIÇOS - 3.02.025
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

- 5.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são os constantes no edital, além dos listados abaixo:

- 5.3.1. Certidão de Registro do licitante e dos profissionais na entidade profissional competente;
- 5.3.2. Certidões ou atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado (os) de Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando que a Licitante executou diretamente ligados a serviços de **recuperação funcional de pavimentos**, com, no mínimo, as parcelas de relevância técnica e valores significativos abaixo indicados para a respectiva contratação:

- 5.3.2.1. **Concreto Betuminoso Usinado a Quente – 23.635,75 T** que representam **25%** do quantitativo total de Fornecimento e Aplicação de CBUQ Faixa C com asfalto borracha;

5.3.2.1.1. A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional específica para o CBUQ decorre de sua relevância para o objeto da contratação, fundamentada em: (i) representar 25% do quantitativo total, superando o limite legal previsão legal de 4% para referência de valor significativo; (ii) demandar complexidade

executiva superior, incluindo controle de temperatura, sincronização de etapas, compactação sob prazos críticos e conformidade a padrões de qualidade rigorosos conforme DNIT 031/2006-ES e ABNT NBR 16259; (iii) impactar diretamente a durabilidade, segurança viária e custos de manutenção futura do anel rodoviário; e (iv) apresentar variabilidade operacional significativa entre licitantes, distinguindo fornecedores experientes daqueles sem domínio técnico consolidado em grandes volumes de pavimentação asfáltica.

- 5.3.3. Para comprovação dos quantitativos será permitido o somatório de atestados.
- 5.3.4. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado de atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que comprove que o profissional indicado executou diretamente: **serviços de obras civil de pavimentação asfáltica.**
- 5.3.5. A exigência de comprovação de Atestado de Capacidade Técnica – ACT, se justifica uma vez que, apesar de tratar de serviços de baixa complexidade, a(s) empresa(s) por meio do corpo técnico deverá (ão) comprovar experiência e expertise nos serviços objetos deste Termo de Referência, devido aos materiais envolvidos e a correta execução dos serviços de modo a garantir condições seguras, além da qualidade dos serviços ora prestados. Os parâmetros de qualificação técnica determinados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado e as exigências formuladas não implicam em restrição do caráter competitivo do certame.

5.4. O fornecedor deverá ainda apresentar as seguintes declarações para fins de habilitação:

- 5.4.1. declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.4.2. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.4.3. declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 5.4.4. **Declaração sob as penas da lei, de que a Licitante irá utilizar material proveniente de usina de asfalto própria ou de usinas terceiras, instalada em município integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH**, a qual cumpre todas as exigências legais pertinentes, inclusive quanto a licenciamento ambiental e alvarás expedidos pelos órgãos competentes, válidos, e de que se compromete a disponibilizar os volumes necessários, em toda a vigência do contrato, adequados às exigências qualitativas tais como manutenção de características de trabalhabilidade, aplicabilidade, temperatura, condições de compactação, de forma que a área técnica da SMOBI possa confirmar a qualidade da massa asfáltica, durante a prestação dos serviços, no período de vigência.
- 5.5. A Licitante deverá apresentar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, declaração de compromisso de disponibilidade de ao menos uma usina adicional, regularmente instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, subscrita por sua proprietária e ratificada pela Licitante, assegurando a capacidade de fornecimento da massa asfáltica nas quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.6. A exigência tem caráter preventivo e de contingência, visando mitigar riscos de interrupção do fornecimento decorrentes de eventual indisponibilidade técnica, manutenção, paralisação ou limitação operacional da usina principal, bem como possibilitar o atendimento de demandas simultâneas em diferentes frentes de serviço, quando necessário ao interesse da Administração.
- 5.7. A Licitante deverá ainda apresentar, sob pena de desclassificação, em até 2 (dois) dias úteis, os “croquis” de localização e da comprovação do atendimento da legislação ambiental das usinas, inclusive quanto a licenciamento ambiental e alvarás expedidos pelos órgãos competentes, válidos, bem como alvarás de funcionamento e certificados (AVCB) também válidos da área industrial das usinas emitido pelo corpo de bombeiros certificando que possui as condições de segurança contra incêndio previsto pela legislação vigente. Todos os documentos deverão ser atestados pela GMCAR – Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário – Engº Hugo Ribeiro Rocha Melo, ou por membros de sua equipe, por ele delegados, após vistoria das mesmas. Contato por correio eletrônico: gmcar@pbh.gov.br.
- 5.8. A licitante deverá apresentar, ainda, proposta digitada, sem emendas ou rasuras, em papel timbrado da proponente, contemplando os preços unitário e total por item, da(s)

“Planilha(s) de Orçamento”, sendo inaceitável qualquer reivindicação futura de sua alteração, a qualquer título, exceto quando houver alteração Legislativa Tributária ou de Encargos Sociais que venham alterar a composição de custos, nos termos do art. 134, da Lei n.º 14.133/2021, devendo também conter:

- 5.8.1. razão social, CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 5.8.2. modalidade, número da licitação,
- 5.8.3. especificação do objeto, de forma clara, detalhada e completa.
- 5.8.4. dados bancários do arrematante para pagamento;
- 5.8.5. valor global da proposta;
- 5.8.6. valor do preço unitário dos itens, aplicado o desconto ofertado;
- 5.8.7. declaração de que no preço proposto, estão incluídos todos as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, e quaisquer outras despesas pertinentes e necessários e, ainda, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto;
- 5.8.8. declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.8.9. declaração de validade da proposta de 100 (cem) dias, contados a partir de sua assinatura.
- 5.8.10. A Proposta Comercial deverá, ainda, obrigatoriamente, vir acompanhada dos documentos a seguir exigidos na forma impressa e em meio digital:
 1. Planilha(s) de Orçamento, com o preço unitário dos itens.
 2. Composições de Preços Unitários.
 3. Detalhamento de cálculo das leis sociais.
 4. Administração Local.
 5. Detalhamento do cálculo do BDI.
 6. Cronograma físico-Financeiro.
- 5.8.11. prazo de pagamento: em 30 (trinta) dias corridos contados do adimplemento da obrigação;
- 5.8.12. local e data;
- 5.8.13. assinatura do representante legal do proponente;

5.9. Juntamente com a proposta de preço, a empresa arrematante deverá apresentar:

- 5.9.1. razão de Fatos Impeditivos;
 - 5.9.2. Declaração de Beneficiário da Lei Complementar n.º 123/2006;
 - 5.9.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
 - 5.9.4. Declaração da Licitante, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que apresentará, no ato da assinatura do Contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como de que disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- 5.10. Serão desclassificadas as propostas que:
- I contiverem vícios insanáveis;
 - II não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - III apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - IV não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 5.10.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
 - 5.10.2. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV deste item.
 - 5.10.3. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
 - 5.10.4. **Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**
 - 5.10.5. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis no **item 6 deste Termo de Referência**.

- 5.11. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.
- 5.12. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2023.
- 5.13. Do empate real
- 5.13.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
 - 5.13.2. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.
 - 5.13.3. Nas licitações em que esteja configurado empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os Licitantes empatados, que poderão apresentar nova Proposta em ato contínuo a classificação.
 - 5.13.4. Mantido o empate após a disputa final de que trata o subitem anterior, as Propostas serão desempatadas por meio dos demais critérios estabelecidos no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.
 - 5.13.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.13.6. O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.13.6.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais Licitantes.
 - 5.13.6.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais Licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste edital.
 - 5.13.6.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo de contratação.

6. GARANTIA CONTRATUAL

- 6.1. Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual contratado, podendo optar

por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

- 6.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.
 - 6.1.2. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal (Banco 104) através da Conta No 71096-9 (Operação 006) – Agência 0093-0.
 - 6.1.3. No caso de opção pela modalidade de seguro-garantia, a adjudicatária terá 1 (um) mês, da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia ao Contratante.
 - 6.1.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 6.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e **por 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual**, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 6.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
 - c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 6.3.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação
- 6.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 6.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de

aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e que nenhum período fique descoberto.

6.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.7. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.7.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.7.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.8. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato

6.8.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e desde que não haja, no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

6.8.2. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

7. ORIENTAÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Todos os serviços discriminados no neste Termo de Referência da Licitação deverão ser executados Ordem de Serviço além das Diretrizes, Projetos ou Documentação Técnica (croquis, relatórios técnicos, especificações técnicas, planilhas, projetos

básicos/executivos de engenharia – quando houver-, orçamentos, relatórios fotográficos, memorial descritivo), disponibilizadas aos licitantes, que se responsabilizarão por conhecê-los, e deverão seguir o planejamento previsto no **Cronograma Físico-Financeiro Apêndice II.**

7.2. A Licitante se responsabilizará por conhecer e analisar o material técnico disponibilizado neste Termo de Referência da Licitação e o local de execução dos serviços, considerando os serviços a executar e o prazo previsto, listando com clareza, em tempo hábil, as dúvidas, os erros, falhas ou omissões que inviabilizem a execução do objeto da licitação.

7.2.1.A Fiscalização, durante a prestação dos serviços, não aceitará, da Contratada, reclamações quanto aos materiais técnicos e disponibilidade de equipamentos estarem inviabilizando o cumprimento do prazo, preço e qualidade contratados.

7.3. Todos os materiais, produtos e serviços deverão atender as exigências dos projetos, quando houver, e deste Termo de Referência da Licitação, por meio de suas especificações, do Caderno de Encargos da SUDECAP e das normas técnicas pertinentes, com comprovação por ensaios, testes ou outras provas definidas no Caderno de Encargos da SUDECAP e/ou nas normas técnicas pertinentes.

7.4. Relação dos Projetos;

7.4.1. Os projetos são compostos das pranchas listadas a seguir e dos documentos técnicos listados no subitem **7.4.4** deste Termo de Referência:

Conteúdo	Código	Emissão
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 1 - Pista Principal – Recapeamento Simples com Fresagem	PAV P TIPO 1	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 2 - Pista Principal – Recapeamento Composto com Fresagem	PAV P TIPO 2	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 3 - Pista Principal – Recapeamento Simples sobre Mante Geotêxtil ou Geogrelha com Fresagem	PAV P TIPO 3	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 4 - Pista Principal – Restauração com Execução de Sub-base e Base de Pavimento	PAV P TIPO 4	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 5 - Pista Principal – Reciclagem de Pavimento com Fresagem e Recapeamento	PAV P TIPO 5	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 1 - Pista Marginal – Recapeamento Simples com Fresagem	PAV M TIPO 1	A

Projeto Anel Rodoviário – Tipo 2 - Pista Marginal – Recapeamento Composto com Fresagem	PAV M TIPO 2	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 3 - Pista Marginal – Recapeamento Simples sobre Mante Geotêxtil ou Geogrelha com Fresagem	PAV M TIPO 3	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 4 - Pista Marginal – Restauração com Execução de Sub-base e Base de Pavimento	PAV M TIPO 4	A
Projeto Anel Rodoviário – Tipo 5 - Pista Marginal – Reciclagem de Pavimento com Fresagem e Recapeamento	PAV M TIPO 5	A

7.4.2. A quantidade total de pranchas é de 10 (dez) formatos, que compõem o

Apêndice X deste Termo de Referência da Licitação.

7.4.3. Os Projetos Básicos, os Memoriais Descritivos e os quantitativos da planilha licitada são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Infraestruturas, elaborados na Diretoria de Manutenção de Infraestrutura Viária – DMIV.

7.4.4. Relação dos Documentos técnicos:

- Projetos Básicos
- Memoriais Descritivos
- Memória de Cálculo do Levantamento de Quantidades
- RRT de Projeto

7.5. ART do Levantamento de Quantidades A contratada deverá utilizar material proveniente de usina de asfalto própria ou de usinas terceiras, instalada em município integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, a qual cumpre todas as exigências legais pertinentes, inclusive quanto a licenciamento ambiental e alvarás expedidos pelos órgãos competentes, válidos, e de que se compromete a disponibilizar os volumes necessários, em toda a vigência do contrato, adequados às exigências qualitativas tais como manutenção de características de trabalhabilidade, aplicabilidade, temperatura, condições de compactação, de forma que a área técnica da SMOBI possa confirmar a qualidade da massa asfáltica, durante a prestação dos serviços, no período de vigência.

7.5.1. Conforme Caderno de Encargos SUDECAP - Capítulo 20 – Pavimentação – “A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade”, variando com o tipo de cimento asfáltico.

7.5.2. Para garantir o emprego da massa asfáltica nos serviços de recomposição do

pavimento na faixa de temperatura supra determinada, e com o transporte da massa preconizada no Termo de Referência da Licitação: em caminhão basculante, coberto com lona, o DMT recomendado é o da região metropolitana, considerando ainda os impactos não previstos de trânsito ou por jornada de trabalho estendida para atendimento às demandas do contrato. A temperatura para aplicação da mistura asfáltica, de acordo com o Caderno de Encargos da SUDECAP para cada tipo de cimento asfáltico utilizado na mistura betuminosa.

7.5.3. Os ligantes asfálticos, independentemente de serem modificados ou não, são classificados como fluido visco elástico, ou seja, em dadas temperaturas se comportam como fluidos viscosos, em temperatura ambiente apresentam comportamento elástico. Diante das características intrínsecas desses materiais, se faz necessário o emprego de temperaturas elevadas para a utilização deles. Ao mesmo tempo em que a temperatura facilita o manuseio e os trabalhos de mistura, aplicação e compactação, esta mesma temperatura, quando empregada de forma errônea, pode conduzir a danos irremediáveis às características aglutinantes dos ligantes asfálticos, independentemente de seu tipo. O uso de temperatura (calor) excessiva nas operações com asfaltos conduz ao fenômeno conhecido como craqueamento térmico.

7.5.4. É de grande importância que as temperaturas de transporte, estocagem e usinagem sejam respeitadas para cada tipo de ligante asfáltico, objetivando, dessa forma, que o produto apresente seu desempenho ideal e, por consequência, que o revestimento tenha boa qualidade e durabilidade.

7.5.5. A própria especificidade da operação dos serviços também é um ponto importante da exigência de usina na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Isto porque além do tempo de transporte da mistura asfáltica, a aplicação desta se dá de forma segmentada, atendendo diversas demandas dentro da respectiva regional, e duradoura, já que mesmo admitindo uma boa logística de operação, leva-se um tempo significativo para a aplicação de todo o volume transportado para a execução dos serviços admitindo-se ainda os impactos do trânsito. Daí, para distâncias superiores à RMBH, deve-se duas situações que podem comprometer significativamente a qualidade final dos serviços, sendo:

- a. Aumento da temperatura de usinagem da mistura asfáltica para operação de serviço ao longo de todo o dia, com quantidade suficiente de carga no caminhão para atendimento das demandas dentro da temperatura de trabalho, o que pode conduzir ao craqueamento térmico, fenômeno já citado e que compromete as características aglutinantes do ligante.
- b. Carregamentos em menor volume para operação de serviço em dois turnos

(manhã e tarde) garantindo a aplicação da mistura dentro da temperatura de trabalho. Tal procedimento pode levar ao resfriamento precoce da mistura pela própria fragilidade da operação já que, por se trabalhar próximo do limite aceitável da operação (temperatura), não são considerados os impactos imprevistos de trânsito, o que pode comprometer o atendimento (volumes menores de carga tem maior velocidade de resfriamento) deixando a PBH refém desta condicionante.

7.6. A Contratada, independente de possuir usina própria, deverá contar com mais uma usina, também regularmente instalada na RMBH, visando garantir o fornecimento, quantitativamente e qualitativamente suficientes, nos termos dos itens anteriores, da massa asfáltica, sob pena de desclassificação. Essa exigência se fundamenta na necessidade de se mitigarem riscos de eventual impossibilidade de utilização e atendimento da usina principal às demandas do contrato.

7.7. A Contratada deverá ainda apresentar os “croquis” de localização e da comprovação do atendimento da legislação ambiental das usinas, inclusive quanto a licenciamento ambiental e alvarás expedidos pelos órgãos competentes, válidos, bem como alvarás de funcionamento e certificados (AVCB) também válidos da área industrial das usinas emitido pelo corpo de bombeiros certificando que possui as condições de segurança contra incêndio previsto pela legislação vigente. Todos os documentos deverão ser atestados pela GMCAR – Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário – Engº Hugo Ribeiro Rocha Melo, ou por membros de sua equipe, por ele delegados, após vistoria das mesmas. Contato por correio eletrônico: gmcar@pbh.gov.br.

7.8. **Licenciamento Ambiental e/ou Urbanístico**

7.8.1. Os serviços objeto desta licitação não se caracterizam como empreendimento de impacto ambiental ou urbanístico, conforme protocolo – **Apêndice VIII**.

7.8.2. A Contratada se responsabilizará por cumprir devidamente a legislação, as normas ambientais vigentes e as condicionantes ambientais que tangem a execução do objeto, bem como obter as devidas autorizações/certificações exigidas por tais instrumentos normatizadores.

7.9. **Desapropriação**

7.9.1. Para execução dos serviços não será necessária qualquer ação de desapropriação de terreno afetado pelo empreendimento.

7.10. **Dos preços dos serviços**

7.10.1. Os preços a serem utilizados para remuneração dos serviços, conforme

definição no **item 2 deste Termo de Referência**, serão aqueles contidos nas tabelas SUDECAP, SINAPI, SICRO e SETOP, vigentes à época da contratação e emissão da ordem de serviço e aqueles que resultam de pesquisa de preços em razão de não constarem nas tabelas referenciais, decrescidos os descontos ofertados e registrados no certame;

7.10.2. Os itens não constantes nas tabelas foram objeto de cotação, aos quais também serão decrescidos os descontos ofertados e registrados no certame correspondente;

7.10.3. Tais preços unitários constituirão, a qualquer Título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, e pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, BDI e quaisquer outras despesas;

7.10.4. A Administração Local (AL) será medida por itens unitários, conforme planilha contratual, em relação ao valor total do contrato.

7.10.5. As planilhas orçamentárias foram elaboradas com base nas Tabelas oneradas SUDECAP setembro/2025, SICRO setembro/2025, SICOR setembro/2025 e Tabela SINAPI setembro/2025.

7.10.6. O prestador de serviço vencedor deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a cada uma das ordens de serviços e atender integralmente o cronograma respectivo.

7.11. Dos prazos

7.11.1. Os prazos para início e execução dos serviços serão aqueles constantes da "Ordem de Serviço" – O.S., que será emitida somente após aprovação dos custos e quantitativos.

8. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

8.1. A Contratada deverá elaborar os trabalhos considerando sempre a qualidade dos estudos, especificações, legislação, normas e resoluções vigentes. Além disso, devem ser observados os requisitos de segurança, funcionalidade, adequação ao interesse público, condições de acessibilidade, conceitos de sustentabilidade, economia, facilidade na execução da obra, sua conservação, manutenção, durabilidade, adoção das normas de saúde e de segurança do trabalho e o mínimo impacto ambiental.

8.2. Durante o desenvolvimento dos serviços, deverão ser previstas interlocuções com todos os órgãos públicos e as concessionárias de serviços públicos que estão envolvidos no desenvolvimento dos serviços contratados, sempre que se fizer necessário, com a participação da Fiscalização.

- 8.3. Os serviços objeto desta licitação seguirão rigorosamente as determinações relativas a infraestrutura urbana, constantes do Caderno de Encargos da SUDECAP, e seus anexos, conforme dispõe a Portaria SUDECAP nº 093/2019, bem como as normas indicadas nos projetos e também as normas técnicas pertinentes aos serviços a executar.
- 8.4. O Caderno de Encargos da SUDECAP está disponível, em versão digital atualizada, no portal da PBH através do endereço eletrônico prefeitura.pbh.gov.br/sudecap/caderno-de-encargos.
- 8.4.1. Dúvidas e questionamentos sobre o conteúdo do Caderno de Encargos da SUDECAP podem ser esclarecidos com a Gerência de Normas e Padrões Técnicos.
- 8.4.2. A Contratada deverá manter disponível uma cópia impressa do Caderno de Encargos da SUDECAP, para uso no campo. Esta cópia deverá estar em posse do responsável técnico da CONTRATADA.
- 8.5. A Contratada e eventuais subcontratadas deverão executar os serviços considerando sempre os requisitos de Segurança do Trabalho adequados, seguindo a Lei 6.514/1977, as Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e as normas da ABNT, cumprindo integralmente o Plano de Segurança de Obras. A Contratada e eventuais subcontratadas deverão executar os serviços considerando sempre os requisitos ambientais adequados, seguindo a legislação ambiental vigente (Federal, Estadual e Municipal), as Resoluções e as Deliberações dos Conselhos de Meio Ambiente e as normas da ABNT.
- 8.5.1. Resíduos sólidos: Lei n.º 12.305/2010; Resolução CONAMA n.º 307/2002 e suas alterações; Lei Municipal n.º 10.522/2012; Deliberação Normativa COPAM n.º 232/2019;
- 8.5.2. Controle de ruídos: Lei Municipal nº 9.505/2008;
- 8.5.3. Controle de emissão de veículos à diesel: Resolução CONAMA n.º 418/2009; Instrução Normativa nº 06/2010 do IBAMA; Deliberação Normativa COMAM n.º 70/2010;
- 8.5.4. A Contratada deverá promover a destinação ambientalmente adequada do material fresado (RAP), observando a legislação, mediante comprovação documental.
- 8.6. A Contratada deverá fazer duas ART/RRT para os serviços, uma em nome de quaisquer dos seus responsáveis técnicos constantes da Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto à entidade profissional competente, e outra em nome do profissional que efetivamente executará os serviços. Caso o RT geral da empresa seja do profissional que

efetivamente comandará os serviços, a segunda anotação fica naturalmente suprida, desde que seja garantida a sua permanência nos serviços, conforme previsto no **item 9 deste Termo de Referência da Licitação**.

- 8.6.1. Caso um mesmo profissional/engenheiro seja responsável técnico pela execução dos serviços em mais de um contrato, este profissional/engenheiro deverá ter capacidade técnica e operacional de executar os serviços dos contratos concomitantemente, conforme as horas exigidas no **item 9.3 deste Termo de Referência**.
- 8.6.2. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá justificar qualquer falta ou falha na prestação dos serviços devido ao acúmulo das atividades caso o engenheiro seja responsável técnico pela execução dos serviços em mais de um contrato.
- 8.6.3. A Licitante se responsabilizará por conhecer e analisar o material técnico disponibilizado neste Termo de Referência e o local de execução dos serviços, considerando os serviços a executar e o prazo previsto, listando com clareza para a Comissão de Licitação, em tempo hábil, as dúvidas, os erros, falhas ou omissões que inviabilizem a execução do objeto da licitação. A Fiscalização, durante a prestação dos serviços, não aceitará da Contratada reclamação quanto aos materiais técnicos estarem inviabilizando o cumprimento do prazo, preço e qualidade contratados.

9. EQUIPE TÉCNICA

- 9.1. A Contratada disponibilizará a equipe técnica que executará os serviços.
- 9.2. É indispensável que a Contratada e respectiva equipe técnica conheça, pessoalmente, os locais de empreendimentos para que tenha melhores condições de avaliar toda a complexidade e as exigências mínimas dos estudos e serviços a serem desenvolvidos.
- 9.3. Todos os profissionais da equipe técnica deverão ter à sua disposição, fornecidos pela Contratada, os equipamentos e materiais necessários ao desempenho de suas funções no escritório e em campo, incluindo todos os equipamentos de proteção individual necessários e os equipamentos de proteção coletiva aos serviços de campo conforme determina o Ministério do Trabalho, quando exigíveis.
- 9.4. Os profissionais devem estar disponíveis para a execução dos serviços a partir do recebimento da “Ordem de Serviço Inicial” e das “Ordens de Serviço Parciais - OSP”. As Ordens de Serviço Parciais - OSP serão emitidas conforme a necessidade da DMIV – Diretoria de Manutenção de Infraestrutura Viária e da GMCAR – Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário.

- 9.5. Como anexo à declaração de disponibilidade, a equipe deverá ser listada com nomes completos e deverá se estender em todos os níveis hierárquicos que ficarão à frente das atividades discriminadas no **Cronograma Físico – Apêndice II** deste Termo de Referência da Licitação. A declaração de disponibilidade da equipe deverá ser entregue imediatamente antes à etapa de assinatura do contrato.
- 9.6. Será exigido a presença de um **Técnico de Segurança do Trabalho** por período mínimo de **8,00 (oito) hora diária** de trabalho no local dos serviços.
- 9.6.1. Deverá ter experiência profissional mínima comprovada de 01(um) ano.
- 9.7. Será exigido a presença de um **Engenheiro Civil em campo** por período mínimo de **8,00 (oito) hora diária** de trabalho no local dos serviços.
- 9.7.1. Deverá ter experiência profissional mínima comprovada de 05 (cinco) anos.
- 9.7.2. O **Encarregado Geral de Obras** deverá, obrigatoriamente, manter presença mínima de **8 (oito) horas diárias** de trabalho, mensuradas de acordo com o registro de ponto no local dos serviços. Deverá ter experiência profissional mínima comprovada de 01(um) ano;
- 9.7.3. Deverá ter escolaridade mínima correspondente ao 9º ano do ensino fundamental.
- 9.7.4. O profissional responsável pelos serviços até a conclusão, será, obrigatoriamente, o integrante do quadro permanente da licitante cujos Atestados de Capacidade Técnica – ACT, registrados na entidade profissional competente, que foram apresentados na fase de habilitação do processo licitatório. Caso seja necessário, a substituição do profissional responsável poderá ser feita por outro profissional desde que atenda às mesmas qualificações e que seja autorizada expressa e formalmente pela Fiscalização.
- 9.8. Será exigida a presença de profissionais responsáveis pela sinalização provisória de segurança conforme o Manual de verticalização de Obras e Emergências em Rodovias do DNIT - 2.ed. - Rio de Janeiro, 2010. 218p. (IPR. Publ. 738), disponível em https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/738_manual_sinalizacao_obras_emergenciais_rodovias.pdf, utilizadas para a correta orientação e segurança dos usuários da via e operários dos serviços.
- 9.9. A Contratada deverá disponibilizar um Coordenador Sênior Geral do Contrato, que deverá ser um Engenheiro Civil, para coordenar todas as ações técnicas, administrativas e de apoio ao controle da execução contratual, e elaborar mensalmente o “Relatório de

Acompanhamento das Atividades”.

- 9.9.1. Deverá obrigatoriamente manter presença mínima de trabalho, conforme quantitativo apresentado na Administração Local.
- 9.9.2. As atribuições do coordenador incluem:
 - 9.9.2.1. Cientificar de todas as especificidades deste Termo de Referência;
 - 9.9.2.2. Gerenciar as ordens de mobilização e desmobilização da equipe de campo;
 - 9.9.2.3. Promover a gestão técnica e administrativa do contrato;
 - 9.9.2.4. Dar suporte às providências para as entregas dos serviços, pareceres e relatórios técnicos solicitados pela SMOBI;
 - 9.9.2.5. Providenciar o envio, o recebimento e o controle de todas as correspondências entre a Contratada e a SMOBI e vice-versa, encaminhando à Contratada as correspondências e documentos pertinentes;
 - 9.9.2.6. Providenciar o suporte logístico e todos os meios físicos e técnicos necessários aos profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos, inclusive de segurança de trabalho, além dos controles tecnológicos;
 - 9.9.2.7. Arquivar e controlar toda a documentação técnica do objeto deste Termo de Referência;
 - 9.9.2.8. Exercer a atividade de controle físico e financeiro do contrato do objeto deste Termo de Referência;
 - 9.9.2.9. Acompanhar mensalmente o saldo de quantidades de cada serviço da planilha contratual e informar formalmente ao Fiscal do Contrato quando estiver restando quatro meses para se atingir o limite de quantitativos previsto para cada item;
 - 9.9.2.10. Elaborar a minuta da planilha dos serviços do contrato para fins de medição acompanhada das respectivas memórias de cálculo;
 - 9.9.2.11. Realizar as tratativas para o andamento do contrato como, por exemplo, reprogramação e medição, controle de funcionários, controle de Ordem de Serviços realizados diretamente com a Fiscalização do contrato.
 - 9.9.2.12. Inspecionar os serviços executados e frentes de serviços diariamente ou quando acionado pela Fiscalização.

- 9.9.3. O trabalho do Coordenador Geral do Contrato inclui a elaboração de “Relatório de Acompanhamento de Atividades”, além de visitas às obras/serviços de manutenção e conservação, para análise do cumprimento das atividades pelas equipes de campo e a verificação de que o dimensionamento das equipes de campo condiz com a necessidade dos serviços contratados.
- 9.10. Os serviços deverão atender ao dimensionamento dos SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - conforme a NR04 da Portaria 3214/1978.
- 9.11. Os serviços previstos neste Termo de Referência da Licitação serão executados em sua maioria no período noturno, devendo a sinalização provisória de segurança ser reforçada, com a utilização de instrumentos luminosos de advertência e outros equipamentos que garantam maior segurança aos usuários das vias e passeios, sem ônus ou custos adicionais para a contratante.
- 9.12. A Fiscalização, desde que devidamente registrado e justificado, poderá exigir da Contratada a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, que justificadamente não tenha desempenho profissional condizente com o serviço.
- 9.13. Os funcionários da Contratada deverão trabalhar uniformizados conforme modelo fornecido pela Fiscalização na data da emissão da Ordem de Serviço – Utilizando modelos refletivos.
- 9.14. A contratada deverá, quando solicitada, disponibilizar uma ou mais equipes adicionais para a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência da Licitação.
- 9.15. Após a assinatura do contrato a contratada deverá indicar à fiscalização, no prazo de 02 (dois) dias úteis, o endereço físico do representante da empresa, na cidade de Belo Horizonte, para permitir o recebimento de eventuais correspondências e de solicitações, sempre que a Administração Pública considerar pertinente e imprescindível para a adequada execução do objeto licitado.
- 9.16. A Contratada deverá apresentar como requisito para a emissão da ordem de serviço, um organograma da instalação de apoio, informando sobre os componentes da equipe na instalação de apoio, explicitando as funções e responsabilidades, grau de autonomia para a tomada de decisões, formas de contatos com esses colaboradores (telefone, e-mail e outros), vinculando essa equipe de campo a estrutura hierárquica da empresa. Esse organograma deverá ser representado graficamente para fixação em lugar visível no escritório da Fiscalização.
- 9.17. Caracterização de Insalubridade:

- 9.17.1. O adicional de insalubridade deverá ser pago a partir de uma avaliação quantitativa dos agentes insalubres desde que o resultado desta avaliação esteja acima do limite de tolerância de acordo com a portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da lei 6514 de 22/12/77 NR 15 anexo 1,2,3,5,8, 11 e 12 e da norma internacional ACGIH (*American Conference of Governmental Industrial Hygienists*).
- 9.17.2. Avaliação qualitativa para NR-15 anexo 7,9,10,13 e 14 da portaria acima referida, as avaliações serão realizadas por perito no local de trabalho com detalhamento do posto de trabalho e a função do trabalhador a suas atividades por ele desenvolvidas.
- 9.18. O adicional de insalubridade será calculado com base no salário mínimo vigente na região, segundo se classifiquem em graus, conforme o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nos percentuais definidos na legislação pertinente.
- 9.19. Em caso de utilização de mão de obra prisional, que será limitada à 3% (três por cento) do total de mão de obra mensal solicitada pela Contratante, percentual este referenciado pelo Decreto Federal nº 9.450, de 24 de julho de 2018, em seu artigo 6º, inciso I, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 9.19.1. Termo de parceria firmado entre a Contratada e a SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, regido pela lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal;
 - 9.19.2. Declaração da SEJUSP que o preso está apto à execução de trabalho externo;
 - 9.19.3. Envio de Relação Nominal mensal de todos os presidiários que venham a participar da execução dos serviços contratados ao Juiz da execução penal e a Fiscalização;
 - 9.19.4. Comprovante de treinamento mínimo de 8 (oito) horas para execução dos serviços;
 - 9.19.5. Comprovação de recolhimento da remuneração pactuada através de DAE - Documento de Arrecadação do Estado;
 - 9.19.6. Comprovação de fornecimento de transporte, alimentação, uniforme idêntico ao utilizado pelos demais funcionários, equipamentos de proteção, caso a atividade exija, inscrição do preso em regime semiaberto, na qualidade de segurado facultativo, e o pagamento da respectiva contribuição ao Regime Geral de Previdência Social;
 - 9.19.7. Comprovante de contratação de seguro contra acidentes do trabalho em conformidade com o previsto na lei estadual nº 11.404/94; e
 - 9.19.8. Cumprimento de todas as normas relativas à segurança e à higiene dos trabalhadores, inclusive às previstas na CLT, como apresentação dos exames

admissionais e ASO – atestado de saúde ocupacional, de acordo com a expressa previsão legal no art. 28, § 2º da Lei de Execução Penal e no Decreto Estadual nº 46.220/13.

9.19.9. A utilização de mão de obra prisional não é obrigatória, tendo em vista não haver regulamentação municipal geral para a disposição do art. 25, §9º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.19.10. A utilização de mão de obra prisional estará restrita às categorias profissionais de serventes e meio oficiais uma vez que, pela natureza dos demais serviços, é prejudicial a alta taxa de rotatividade da mão de obra, prejudicando o controle de treinamentos das NR's exigidas pela Segurança do Trabalho.

9.19.11. Em atendimento ao disposto nos art. 36 e art. 37 da Lei nº 7.210/1984, presos em regime fechado somente poderão prestar serviços se a CONTRATADA apresentar, além dos documentos mencionados no **item 9.18**, documento com prévia autorização do Juízo da Execução, comprovação de aptidão, disciplina e responsabilidade da pessoa presa e comprovação do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

9.20. Os funcionários da Contratada deverão trabalhar uniformizados conforme modelo fornecido pela Fiscalização na data da emissão da Ordem de Serviço.

9.20.1. Caso o uniforme apresente desgaste, rasgos ou defeitos o mesmo será substituído pela Contratada imediatamente.

9.20.2. Os detalhamentos específicos de algum uniforme e os casos omissos serão definidos pelo fiscal do contrato.

9.21. Caracterização de periculosidade:

9.21.1. A legislação brasileira confere o direito ao adicional de periculosidade nas seguintes situações, definidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: [\(Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012\)](#)

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; [\(Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012\)](#)

II - Roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. [\(Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012\)](#)

III – colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou

violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito. (Incluído pela Lei nº 14.684, de 2023)

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de **30% (trinta por cento)** sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. ([Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977](#))

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. ([Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977](#))

§ 3º - Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo. ([Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012](#))

§ 4º - São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014) Após a assinatura do contrato a contratada deverá **indicar à fiscalização, no prazo** de 02 (dois) dias úteis, o endereço físico do representante da empresa, na cidade de Belo Horizonte, para permitir o recebimento de eventuais correspondências e de solicitações, sempre que a Administração Pública considerar pertinente e imprescindível para a adequada execução do objeto licitado.

10. LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

10.1. Para que a execução do objeto atenda ao cronograma físico-financeiro dos serviços, é essencial a disponibilização dos equipamentos mínimos discriminados e quantificados abaixo para atendimento das demandas existentes, devendo a Licitante fornecer declaração que possui os equipamentos mínimos listados na Tabela 1.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Caminhão basculante	10
Caminhão espargidor	02
Caminhão pipa	02
Compressor de ar	02
Fresadora com mínimo de 2 (dois) sensores ultrassônicos tipo <i>ski</i> para nivelamento e tambor fresador de largura de 1000 mm	01

Fresadora com mínimo de 2 (dois) sensores ultrassônicos tipo <i>ski</i> para nivelamento e tambor fresador de largura de 2000 mm e potência nominal de 447 kW	01
Motoniveladora	01
Pá carregadeira	01
Rolo Compactador pé de carneiro	01
Rolo liso tandem	02
Rolo pneumático	02
Vassoura mecânica	02
Vibro-acabadora equipada com sistema automático de nivelamento e controle de espessura por sensor ultrassônico tipo <i>ski system</i> com 6 (seis) conjuntos de sensores.	02

Tabela 1

10.2. Para que a execução do objeto da licitação atenda aos cronogramas físico financeiros dos serviços, Apêndice II deste Termo de Referência, são essenciais os equipamentos mínimos discriminados em quantidade suficiente para atendimento das demandas existentes ou quantificados, devendo a Licitante fornecer declaração que possui os equipamentos mínimos listados na Tabela 1 deste Termo de Referência, com aceite da respectiva DMIV – Diretoria de Manutenção de Infraestrutura Viária e da GMCAR – Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário nos 5 (cinco) dias anteriores à assinatura do contrato, de modo a averiguar sua adequação às características indicadas, sob pena da perda do direito de contratar.

10.3. Todos os veículos e equipamentos deverão ter, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação a contar da data de início do Contrato. A única exceção são os veículos para a fiscalização, que deverão ter, no máximo, 01 (hum) ano de fabricação.

10.4. A Contratada deverá dispor, conforme a NR-12 no item 12.208:

"As máquinas e equipamentos, bem como as instalações em que se encontram, devem ser submetidas a apreciação de riscos, com foco nas categorias de falha e na necessidade de mitigação de riscos, conforme previsto na NBR ISO 12100: Segurança de máquinas – Princípios gerais de projeto – Apreciação e redução de riscos, ou em outras normas técnicas nacionais ou internacionais que garantam a segurança similar."

10.4.1. A elaboração de laudo de apreciação de riscos de máquinas e equipamentos, documento legal e que apresenta a condição de segurança da máquina e equipamento, emitido por um profissional legalmente habilitado e capacitado com curso específico, ou seja, Engenheiro Eletricista para sistemas elétricos e de segurança e o Engenheiro Mecânico para condições mecânicas da máquina, acompanhados da respectiva ART. Este laudo deverá ser renovado a cada 6

(seis) meses, independentemente do tipo do equipamento e acompanhado de checklist conforme orientação do fabricante do respectivo equipamento.

- 10.5. Fiscalização poderá exigir, para todo e qualquer equipamento descrito na Tabela 1, o laudo de NR12, documento legal e que apresenta a condição de segurança da máquina e equipamento, emitido por um profissional legalmente habilitado, ou seja, Engenheiro Eletricista para sistemas elétricos e de segurança e Engenheiro Mecânico para condições mecânicas da máquina, acompanhados das respectivas ART's, com validade de 01 (um) ano, para atestar o bom estado de conservação e itens de segurança pertinentes.

10.5.1. Será de responsabilidade da Contratada toda manutenção preventiva e corretiva dos veículos/equipamentos e custos de pessoal e operadores com o pagamento de seus salários de acordo com cada categoria e demais encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, abastecimento, e os demais custos referentes à prestação dos serviços. Os custos decorrentes da execução destes serviços, bem como o carregamento, transporte e descarte deverão estar incluídos nos preços ofertados pela Contratada.

- 10.6. As máquinas e equipamentos deverão obedecer a todos os requisitos de segurança do trabalho previstos na NR-10, NR-12 e NR-18 do extinto Ministério do Trabalho.
- 10.7. Caso o desempenho dos equipamentos não atenda adequadamente o desenvolvimento da obra, deverão ser substituídos por outros sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 10.8. A Fiscalização poderá autorizar a dispensa do equipamento, desde que devidamente justificado, caso venha a ser confirmada a sua não necessidade.
- 10.9. O transporte dos materiais e equipamentos necessários para execução do objeto deste empreendimento deverá obedecer às normas, portarias e recomendações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, BHTRANS e demais órgãos de regulamentação de transporte, sendo da licitante Contratada, esta responsabilidade, pela condição dos caminhões, controle do seu peso líquido em relação ao tipo e categoria do veículo de transporte e trajetos permitidos na região urbana, inclusive nos horários devidos.
- 10.10. A Contratada deverá disponibilizar, em caráter imediato e instantâneo, após o recebimento das Ordens de Serviço parciais, todos os equipamentos necessários que as mesmas preveem para a perfeita execução dos trabalhos. No caso da não disponibilização imediata destes equipamentos após a recebimento das Ordens de

Serviço, a mesma estará sujeita às advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato. A lista de equipamentos será rigorosamente checada pela Fiscalização.

10.10.1. O único equipamento que não se enquadra neste prazo previsto é a recicladora de pavimentos. Esta deverá ser disponibilizada em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da solicitação formal da Fiscalização. A não disponibilização deste equipamento no prazo descrito acima também estará sujeito às advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato.

10.11. A Contratada será integralmente responsável por quaisquer danos ou acidentes decorrentes da operação dos veículos, máquinas e equipamentos disponibilizados pela Contratada, que deverão ser operados por profissionais devidamente treinados e habilitados para tal.

10.12. Fica expressamente proibido o transporte de funcionários no compartimento de carga dos veículos.

11. DOCUMENTOS EXIGÍVEIS APÓS A CONTRATAÇÃO

11.1. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da ordem de serviço inicial, a seguinte documentação:

11.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), dos serviços;

11.1.2. Relação da Equipe Técnica com a comprovação de integração de cada um dos profissionais ao Quadro Permanente da Contratada, feita através de cópia do Contrato de Trabalho do profissional; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, além da devida Certidão de Registro na entidade profissional competente como RT da Contratada; ou, ainda, através do contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), quando a legislação assim exigir, observando o disposto na Lei n.º 6.496/1977, na Lei n.º 12.378/2010 e seus regulamentos;

11.1.3. Abertura do certificado de matrícula no INSS;

11.1.4. O cronograma físico deve apresentar etapas/atividades detalhadas por dia do serviço que se estará executando. Esse cronograma deverá ser atualizado em uma periodicidade máxima de 7 (sete) dias pela Contratada e enviado à Fiscalização, em formato xls e pdf. Este prazo poderá ser reduzido à pedido da fiscalização.

11.1.5. Apresentação do Planejamento dos Serviços completo, conforme o **subitem**

15.4 deste Termo de Referência;

- 11.1.5.1. O Planejamento dos Serviços e respectivo Cronograma Físico-Financeiro devem conter todas as atividades, etapas e fases detalhadas por semanas, além do prazo de elaboração e entrega de toda a documentação necessária para a completa execução dos serviços.
 - 11.1.5.2. O Cronograma Físico-Financeiro deverá ter os seus respectivos percentuais físicos em concordância com o Planejamento dos Serviços e considerando o cronograma da proposta da licitação.
 - 11.1.5.3. Deverá estar incluído no cronograma, o prazo de elaboração e a entrega de toda documentação necessária para a completa execução dos serviços, contemplando também os prazos de análise e aprovação da Fiscalização e dos demais Órgãos envolvidos.
- 11.2. A Contratada deverá observar o prazo do § 1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da obra e/ou serviço.
- 11.3. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização também no prazo de 7 (sete) dias o Plano de Sinalização Diurna e Noturna, aprovado pela BHTRANS.
- 11.4. A Contratada deverá também apresentar à Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho da PBH no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da ordem de serviço a seguinte documentação:
- 11.4.1. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em conformidade com a NR-1 e NR-18 (se aplicável);
 - 11.4.1.1. Ficam dispensadas de apresentação do PGR, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Graus de Risco 1 e 2, que no levantamento preliminar de perigos não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;
 - 11.4.2. Comunicação Prévia de início dos serviços no Ministério do Trabalho e Previdência;
 - 11.4.3. Certificado de treinamento, conforme necessidade de acordo a função de cada empregado:
 - 11.4.4. NR-10 para atividades com risco elétrico;
 - 11.4.5. NR-12 para operação com máquinas;
 - 11.4.6. NR-15 para atividades e operações insalubres;
 - 11.4.7. NR-17 para risco ergonômico reconhecido e, principalmente, atividades que executam levantamento e transporte manual de cargas/materiais;



- 11.4.8. NR-33 para segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados
- 11.4.9. NR-35 para operação de trabalho em altura;
- 11.4.10. NR-18 - Treinamento básico de Segurança do Trabalho de 04 horas;
- 11.4.11. Poderá ser exigido treinamentos complementares para funções específicas, conforme definido na NR-18.
- 11.4.12. Modelo de ficha técnica de distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida de todos os empregados a que se aplica;
- 11.4.13. Cópia de Registro de todos os empregados em serviço;
- 11.4.14. Registro de Técnico de Segurança de acordo com exigência da NR04;
- 11.4.15. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), com os atestados de Saúde Ocupacional dos Funcionários (ASO);
- 11.4.16. Ficam dispensados da apresentação do PCMSO: O MEI, a ME e a EPP, Graus de Risco 1 e 2, que não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos.
- 11.4.17. Cópia das Ordens de Serviços sobre Segurança e Saúde no Trabalho;
- 11.4.18. Composição da CIPA, conforme NR-5 e treinamentos para eleitos e designados a que se aplica.
- 11.4.19. As licitantes dispensadas da apresentação do PGR e do PCMSO, conforme os **subitens 11.5.1 e 11.5.3 deste Termo de Referência da Licitação**, não devem incluir nas composições de preços unitários de sua proposta comercial os custos oriundos da elaboração de tais documentos.
- 11.4.20. Os documentos exigidos acima devem estar em conformidade com o Plano de Segurança de Obras (PSO).
- 11.5. Havendo erros, omissões ou não conformidades na documentação solicitada no item 11 deste Termo de Referência da Licitação, serão informados à Contratada para correção.
- 11.6. Após verificados, a Contratante devolverá os documentos de propriedade da Contratada.
- 11.7. Qualquer outro documento de Segurança não previsto no subitem **11.4** poderá ser solicitado para empresa Contratada, desde que previstos nas Normas de Segurança do Trabalho e que seja aplicável aos serviços executados.
- 11.8. A Contratada ficará sujeita à multa, conforme disposto no contrato a partir do momento que não cumprir prazo de qualquer atividade contratual.
- 11.9. Os prazos de execução dos serviços, constantes no Cronograma Físico-Financeiro apresentado neste Termo de Referência são uma referência e a Contratada poderá realizar adequações dos mesmos, em comum acordo e sob a aprovação da SMOBI, após

a emissão da Ordem de Serviço.

- 11.10. A documentação referente à Segurança e Medicina do Trabalho poderá ser requisitada à Contratada periodicamente, inclusive em intervalos de 6 (seis) em 6 meses, conforme a necessidade e a critério da equipe designada pela Contratante.
- 11.11. A execução de quaisquer serviços somente poderá ocorrer mediante emissão prévia de Ordem de Serviço Parcial pela Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário – GMCAR, da SUZURB/SMOBI, e será acompanhada da respectiva fiscalização. A Contratada deverá programar às Ordens de Serviço Parciais no prazo máximo de 3 (três) dias, com mobilização em prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, provendo recursos necessários como pessoal, equipamentos e materiais.
- 11.11.1. Caso haja um aumento de demandas e necessidade de uma ou mais equipes adicionais para execução do objeto do contrato, a empresa deverá disponibilizar os empregados e os equipamentos para esse atendimento via ordem de serviço em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 11.11.2. A Contratada estará sujeita à aplicação de multa e outras sanções cabíveis, nos termos previstos no contrato, em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de quaisquer atividades contratualmente previstas.
- 11.12. A Contratada deverá manter-se mobilizada e apta a executar as atividades previstas, observando rigorosamente os prazos estabelecidos no Cronograma Físico pactuado.

12. SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. A subcontratação do objeto será admitida, no limite de 30% (trinta por cento), quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação da Fiscalização e autorização da Contratante. Este limite foi estipulado em respeito à natureza *intuitu personae* do contrato.
- 12.2. A subcontratação não será admitida para os itens para os quais, como requisito de habilitação técnico operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviços com características semelhantes.
- 12.3. A subcontratação também não será admitida para os serviços do grupo 20 - PAVIMENTAÇÃO devido ao mesmo possuir os serviços de maior relevância técnica e financeira deste contrato.
- 12.4. A subcontratação somente será admitida para os serviços dos grupos: **01- INSTALAÇÃO DE OBRA, 02-DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES, 03-TRABALHOS EM**

TERRA, 05-GALERIA CELULAR E/OU CONTENÇÕES, 19-DRENAGEM, 23-VIGILÂNCIA / MÃO DE OBRA e 45-VEÍCULO desde que respeitado o percentual máximo de subcontratação estabelecido e com a permissão formal além de autorização da Fiscalização e contratante, ambos conforme **item 12.1 deste Termo de Referência**.

12.5. A subcontratação deverá se dar preferencialmente com microempresas ou empresas de pequeno porte.

12.5.1. Mediante justificativa, não se aplica a exigência acima quando a subcontratação for inviável, desvantajosa ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser subcontratado, bem como nos casos em que a Contratada for:

12.5.1.1 Beneficiário da Lei Complementar n.º 123/2006;

12.6. Para a formalização da subcontratação, a Contratada deverá, a qualquer tempo, apresentar a relação dos serviços que serão subcontratados juntamente com a apresentação da seguinte documentação:

12.6.1. Solicitação da Contratada dirigida à Fiscalização, justificando a necessidade da subcontratação e solicitando autorização para fazê-la;

12.6.2. Minuta do contrato a ser celebrado entre a Contratada e a subcontratada;

12.6.3. Documentos pertinentes à habilitação jurídica da subcontratada:

12.6.3.1. registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

12.6.3.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

12.6.3.3. documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

12.6.3.4. ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

12.6.3.5. decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade a ser subcontratada assim o exigir;

12.6.4. Documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada:

- 12.6.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 12.6.4.2. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da subcontratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da subcontratação;
- 12.6.4.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da subcontratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 12.6.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- 12.6.4.5. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.6.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

12.6.5. Documentos de qualificação econômico-financeira da subcontratada:

- 12.6.5.1. certidão negativa de falência e concordata emitida pelo distribuidor de feitos da Justiça Estadual da sede da subcontratada.

12.6.6. Documentação de Qualificação Técnica, constando:

- 12.6.6.1. certidão de registro na entidade profissional competente, se exigível;
- 12.6.6.2. atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a subcontratada executou, diretamente, serviço equivalente com, no mínimo, as parcelas de relevância técnica e valores significativos correspondentes à metade do que se pretende subcontratar;
- 12.6.6.3. atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que os profissional(is), comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da subcontratada, executou(aram), na qualidade de

responsável(is) técnico(s), serviço de mesma natureza do que se pretende subcontratar.

12.6.7. Outras comprovações da subcontratada:

- 12.6.7.1. declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 1993;
- 12.6.7.2. declaração de inexistência de fatos impeditivos para a sua contratação com a Administração Pública;
- 12.6.7.3. declaração de beneficiário da Lei Complementar n.º 123, de 2006, se for o caso, ou, alternativamente, justificativa fundamentada da Fiscalização para a subcontratação de empresa que não seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, se for o caso;
- 12.6.7.4. declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço na subcontratação não incorrem nas proibições de que trata o artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, conforme modelo do arquivo anexo;
- 12.6.7.5. declaração de que a subcontratada se compromete a utilizar e/ou especificar e utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenha procedência legal, atendendo ao disposto no art. 17, parágrafo 4º, da Lei Municipal n.º 10.175, de 2011, se atividade a ser subcontratada envolver a especificação ou a utilização de produtos e subprodutos de madeira.

12.6.8. No caso de a subcontratada possuir cadastrado regular no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e habilitado na(s) linha(s) de serviço(s) compatível(veis) com a atividade a ser subcontratada, os documentos dos **itens 12.6.3 a 12.6.5** são dispensáveis, devendo ser emitida declaração, pela Contratada, de que a subcontratada possui o referido cadastramento.

13. VISTORIA TÉCNICA CAUTELAR E TERMO DE VISTORIA CONJUNTA

13.1. Para as vistorias técnicas cautelares, tem-se que:

- 13.1.1. A Contratada deverá iniciar imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, a execução da Vistoria Técnica Cautelar com a finalidade de dirimir dúvidas de possíveis danos que possam ocorrer nos imóveis lindeiros aos serviços durante a execução dos serviços.
- 13.1.2. Essa Vistoria Cautelar deverá ser elaborada conforme o Caderno de Encargos da SUDECAP, por profissional habilitado em avaliação e perícia técnica com registro junto ao Conselho Regional específico, e deverá apresentar ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 13.1.3. A vistoria deverá estar concluída no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, ou em etapas, a critério da Fiscalização de acordo com o porte dos serviços, sendo elaborada em três vias e uma cópia digital enviada por correio eletrônico e/ou entregue em dispositivo flash drive ou similar. A primeira via será entregue à Fiscalização, a segunda ficará em posse da Contratada e o original será anexado à pasta de documentos do contrato.
- 13.1.4. À critério da Fiscalização, poderá haver supressão total ou parcial das vistorias técnicas cautelares previstas, desde que devidamente justificadas.
- 13.1.5. As medições dos laudos só serão processadas após a completa entrega das vistorias técnicas cautelares.

13.2. Para os termos de vistoria conjunta, tem-se que:

- 13.2.1. Após recebimento das Ordens de Serviços Parciais com as respectivas planilhas estimativas de quantitativos e custos, a contratada deverá vistoriar, em conjunto com a fiscalização, os respectivos locais devendo a mesma "concordar ou não" com os serviços propostos para a restauração do pavimento. O procedimento deverá ser documentado em formulário próprio com as assinaturas do Eng.º Responsável Técnico pela Execução e Eng.º Fiscal do Contrato.
 - 13.2.1.1. Em caso de concordância com os serviços propostos, a contratada procederá com a execução dos serviços se responsabilizando por tal com as respectivas garantias.

- 13.2.1.2. Em caso de discordância dos serviços propostos, a contratada deverá apresentar solução técnica alternativa para aprovação da fiscalização.
- 13.2.1.3. No caso da ausência de vistoria e documentação que comprove que a via foi vistoriada em conjunto, em um prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço, será considerado que a Contratada concorda com os serviços propostos e será utilizado o entendimento descrito no item **13.2.1.1**.

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

- 14.1. A Contratada e eventuais subcontratadas deverão apresentar mensalmente à Fiscalização os documentos que comprovem o atendimento à legislação ambiental vigente, às exigências das licenças e autorizações emitidas e a todos os Planos e Programas de Controle Ambiental, em especial o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). Também deverá ser apresentada a documentação necessária para o atendimento de todas as exigências que forem feitas pelos órgãos ambientais competentes.
- 14.2. A Contratada deverá apresentar os documentos que comprovem apenas o atendimento à legislação ambiental vigente, uma vez que para o contrato, conforme subitem **7.8.1**, os serviços objeto desta licitação não se caracterizam como empreendimento de impacto ambiental ou urbanístico.
- 14.3. Destinação Final de Resíduos Sólidos
 - 14.3.1. É de responsabilidade da Contratada o recolhimento, triagem, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, independente da natureza destes. No preço a ser ofertado para o item “disposição final de resíduos” deverão estar incluídos também os custos inerentes à disposição ambientalmente adequada conforme exigências ambientais.
 - 14.3.2. O local da disposição final dos materiais escavados deverá ser um centro de tratamento de resíduos devidamente licenciado pelos órgãos ambientais responsáveis legalmente e considerado no orçamento dos serviços, sendo que sempre que houver necessidade de mudança de local de disposição final, obrigatoriamente será realizada a comparação dos preços do binário composto pelos itens de “Destinação Final de Resíduos Sólidos da Construção Civil

(FICHA) e transporte de materiais de qualquer natureza (DMTXM³)”, adotando-se o binário que proporcionar o menor custo total para o Município de Belo Horizonte.

14.3.3.A Contratada deverá apresentar a comprovação do destino final ambientalmente adequado de todos os resíduos que forem gerados durante a execução dos serviços, como, por exemplo, o material proveniente da movimentação de terra, de demolições, resíduos da pavimentação e tantos outros quanto forem gerados.

14.3.3.1. A comprovação ocorrerá por meio da apresentação do Comprovante de Transporte de Resíduos (CTR) e/ou Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) emitido para cada viagem e tipo de resíduo, ou outro que vier a substituí-lo. Além do CTR e/ou MTR deverá ser apresentada a licença ambiental do local de destino, constando sua aptidão para receber o resíduo a ser destinado, e o seu alvará de localização e funcionamento. Os dados deverão ser consolidados em planilhas de resumo mensal (modelo PADRÃO), constando o número dos CTR, o volume destinado e o local de destino, e no caso do MTR deverá ser apresentado o Comprovante de Destinação Final (CDF) emitido eletronicamente pelo site do Sistema MTR da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM).

14.3.3.2. Conforme o artigo 16 da Lei Municipal n.º 10.522/2012 e o artigo 7º, e seu parágrafo 4º, da Deliberação Normativa do COPAM n.º 232/2019, caberá à Contratada emitir e controlar o Comprovante de Transporte de Resíduos (CTR) e o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

14.3.3.3. No caso do transporte dos resíduos, a Contratada deverá comprovar que ele ocorreu de forma regular, apresentando o alvará de localização e funcionamento da empresa de transporte, o documento de cadastro dos veículos (emitido pelo órgão de regulação urbana de Belo Horizonte) e a licença de caçamba (quando for o caso). Nenhum transporte de resíduo poderá ser realizado sem que haja uma Autorização de Tráfego de Terra, Entulho e Material Orgânico (emitido pelo órgão de regulação urbana de Belo Horizonte) vigente.

14.3.3.3.1. Esse documento deverá ser obtido pela Contratada.

- 14.3.4. A Fiscalização ou a Contratada com anuência da Fiscalização poderá propor a mudança de local, sempre levando em conta os aspectos técnicos, legais, ambientais, e o menor custo para o Município.
- 14.3.4.1. Sempre que houver mudança de local, deverá ser obtida nova Autorização de Tráfego de Terra, Entulho e Material Orgânico, previamente ao tráfego.
- 14.4. A contratada será a responsável por implantar medidas para minimizar a emissão de ruídos e atenuar as vibrações durante a execução da obra, atendendo ao preconizado pela Lei Municipal n.º 9.505/2008.
- 14.4.1. Dentre as ações que a Contratada deverá considerar está a restrição de horário de execução das obras, plano de manutenção de equipamentos ruidosos (ou sua substituição), adoção de arranjo físico que minimize os impactos, previsão de enclausuramento de atividades ruidosas ou implantação de barreiras para evitar a propagação do ruído e uso de dispositivos que absorvam a vibração.
- 14.5. A Contratada deverá garantir que todos os caminhões sejam cobertos/enlonados antes de saírem da obra transportando qualquer tipo de resíduo, que o transporte seja realizado sem ultrapassar os limites da caçamba, realizar a umectação do canteiro de obras e vias do entorno para controle de poeira, bem como a proteção do sistema de drenagem pluvial das vias de entorno.
- 14.6. A Contratada deverá controlar e fazer a gestão da validade dos certificados de inspeção veicular para as medições de opacidade - tais inspeções devem ser feitas por federações ligadas à CNT através de seu Programa Despoluir (Transporte de Carga FETCEMG e Transporte de Passageiros FETRAM) ou por empresas de Inspeção Veicular certificadas pelo INMETRO - de todos os veículos à diesel utilizados na obra, em atendimento à Resolução CONAMA n.º 418/2009 e a Instrução Normativa n.º 06/2010 do IBAMA. Para maiores detalhes, deverá ser consultado o documento Orientações para Automonitoramento da Frota;
- 14.6.1. Caso a contratada faça uso de veículos terceirizados, caberá a ela exigir que o proprietário dos veículos apresente as medições de opacidade com os devidos certificados;
- 14.7. A Contratada deverá manter a todo o momento todas as licenças, as autorizações e os documentos comprobatórios do atendimento das condicionantes, dos planos e programas de controle ambiental.

- 14.8. O atendimento a este **item 15** deverá ser realizado por profissional(is) técnico(s) responsável(is) pela prestação dos serviços de gestão ambiental, com o devido registro do serviço na entidade profissional competente.

15. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES

- 15.1. Na data de emissão da Ordem de Serviço Inicial, a Contratante promoverá uma reunião para apresentação da Fiscalização e orientações acerca dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, preenchimento do Diário do Contrato e do envio semanal do cronograma físico.

15.1.1. Nesta reunião serão fornecidos à empresa os seguintes documentos:

15.1.1.1. Modelo, em meio digital de uniforme adotado pela PBH;

15.1.1.2. Modelo, em meio digital, do adesivo magnético a ser colocado para identificação dos veículos da Contratada.

- 15.2. A Contratada deverá preencher o Diário do Contrato conforme modelo fornecido pela Fiscalização, que será o documento adequado para comunicação de todos e quaisquer fatos, solicitações, análise, avaliações, etc., referentes à execução dos serviços e cumprimento do contrato.

15.2.1. Este diário deve ter todos os dias a assinatura do profissional responsável pelos serviços da Contratada, e no máximo 2 (dois) dias úteis após, a assinatura da Fiscalização com relatos e respostas, se for o caso.

- 15.3. Para a execução de obras e serviços, a Contratada seguirá todas as determinações do CADERNO DE ENCARGOS DA SUDECAP, Manuais do DNIT e NBRs.

- 15.4. O início de cada serviço ficará condicionado à prévia aprovação, pela SMOBI, dos procedimentos de execução e inspeção de serviços, bem como dos respectivos procedimentos de especificação e inspeção de materiais. Tais procedimentos deverão estar em conformidade com o Caderno de Encargos da Sudecap vigente, especialmente quanto às especificações de materiais e metodologia de execução.

15.4.1. Será de responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Contratante, caso seja necessária, a distribuição por eventos, dos itens de serviços e respectivos quantitativos da planilha da Contratada.

15.5. A Contratada deverá apresentar e atualizar semanalmente, ou seja, a cada 07 (sete) dias corridos, o cronograma físico dos Serviços através de arquivo com extensão xls e pdf. Este deverá ser enviado digitalmente para os correios eletrônicos da gerência e da Fiscalização.

15.5.1. Apesar das atualizações semanais previstas na atualização do cronograma físico, é imprescindível o gerenciamento das atividades em tempo real pelo profissional responsável da Contratada, já que o status dos serviços se modifica a cada dia de trabalho. Por isso, é importante pensar no planejamento como um acompanhamento contínuo dos serviços em execução, que pode se modificar de acordo com a disponibilidade da mão de obra e dos níveis de produtividade da mesma, objetivando a conclusão dos trabalhos dentro do prazo previsto no contrato.

15.5.2. A contratante, a qualquer momento, poderá solicitar a atualização do cronograma físico em um prazo inferior aos 07 (sete) dias corridos descritos no item acima.

15.6. A Contratada deverá apresentar o Planejamento dos Serviços através de arquivo com extensão MPP, XLS e PDF. Após aprovado, a Fiscalização providenciará sua importação para SGEE – Sistema de Gerenciamento de empreendimentos de engenharia, existente na contratante.

15.6.1. Será de responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Contratante, caso seja necessária, a distribuição por eventos, dos itens de serviços e respectivos quantitativos da planilha da Contratada.

15.6.2. O planejamento deverá ser atualizado mensalmente, em conjunto entre a Fiscalização e a Contratada, repetindo-se o processo de importação para o SGEE.

15.6.3. Apesar das atualizações mensais previstas para o Planejamento dos Serviços, é imprescindível o gerenciamento das atividades em tempo real pelo profissional responsável da Contratada, já que o status dos serviços se modifica a cada dia de trabalho. Por isso, é importante pensar no planejamento como um acompanhamento contínuo dos serviços em execução, que pode se modificar de acordo com a disponibilidade da mão de obra e dos níveis de produtividade da mesma, objetivando a conclusão dos trabalhos dentro do prazo previsto no contrato.

15.6.4. O Planejamento dos Serviços também será suporte para as reuniões integradas.

15.7. As reuniões de acompanhamento dos serviços serão realizadas na DMIV – Diretoria de Manutenção de Infraestrutura Viária ou na GMCAR – Gerência de Manutenção e Conservação do Novo Anel Rodoviário, em dia de semana e horários pré-agendados. Nessas reuniões serão considerados os seguintes tópicos:

- a. Gerenciar o contrato;
- b. Integrar as partes envolvidas com o empreendimento: administrações regionais, contratada, contratante, concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, organizações da sociedade civil e comunidade.

15.7.1. Essas reuniões serão realizadas mensalmente, no escritório da Fiscalização, em dia da semana e horários fixos, que poderão ser alterados por motivos de força maior, como feriados que coincidam com a data pré-fixada, e outros que a Fiscalização julgar relevante.

15.8. As reuniões deverão obedecer a seguinte pauta, que poderá ser acrescida ou suprimida a critério da Fiscalização, desde que não prejudique o objetivo de gerenciar o contrato:

15.8.1. Planejamento dos Serviços

15.8.1.1. Análise das frentes de serviço liberados e constatação das quais estão sendo trabalhadas;

15.8.1.2. Análise das atividades que estão impedidas de serem trabalhadas e os motivos desse impedimento, com o relato das providências que estão sendo tomadas para a superação do problema;

15.8.1.3. Questões gerais e específicas sobre a atualização do cronograma físico;

15.8.1.4. Análise de faturamento e produtividade, comparando as medições previstas e realizadas;

15.8.1.5. Alterações nos projetos básicos tipo utilizados:

15.8.1.5.1. As alterações necessárias durante a execução dos serviços deverão ter a autorização da Fiscalização, deverão ser registradas no Diário do Contrato e acompanhadas pela equipe de apoio, ou de consultor e do RT do projeto;

15.8.1.5.2. Caso haja impossibilidade de continuidade dos trabalhos até a definição das adequações necessárias, a Contratada, juntamente com a Fiscalização, verificará se

há outras frentes de serviço que possam ser trabalhadas em alternativa aos serviços pendentes de definição.

15.8.1.6. Gestão com concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos:

15.8.1.6.1. A Fiscalização, após entregas de novas ordens de serviço parciais, irá entrar em contato com todas as principais concessionárias permissionárias e autorizatárias além da Gerência de Controle de Parcelamento do Solo e Obras em Logradouro – GECPS da Subsecretaria de Regulação Urbana – SUREG, formalizando que serão executadas obras de restauração viária, informando os logradouros com os trechos que serão contemplados, a fim de se evitar possíveis danos aos pavimentos recém restaurados.

15.8.1.6.2. Em caso de interface atípica, excepcional e extraordinária com as concessionárias e afins, esta poderá ser apoiada pela SMOBI, sendo a Contratada comunicada das providências a serem tomadas para a solução dos problemas detectados;

15.8.1.6.3. Verificar se as solicitações às concessionárias foram formalizadas e se os prazos acordados foram cumpridos;

15.8.1.6.4. Verificar se as alterações de projetos passaram por novos processos de aprovação;

15.8.1.6.5. A Contratada será responsável por quaisquer danos causados às redes das concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, devendo estar de posse de todos os cadastros dos locais objeto do contrato.

15.8.1.7. Análise de chuvas: deverão ser analisadas as interferências das chuvas no desenvolvimento das atividades, anotando-se no Diário do Contrato os eventuais problemas por ela causados;

15.8.1.8. Análise de questões de Segurança do Trabalho: deverá ser verificado o cumprimento da Lei 6.514/1977 e das Normas Regulamentadoras da Portaria n.º 3.214/1978 do Ministério do

Trabalho, no qual a Contratada deverá tomar as devidas providências para a correção das não conformidades e irregularidades apontadas nas vistorias do Engenheiro/Técnico de Segurança do Trabalho da PBH.

- 15.8.1.9. Avaliar a sinalização dos serviços: verificar o cumprimento das Normas Regulamentadoras n.º 18 e n.º 26, da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, das normas da BHTRANS e das prescrições do Caderno de Encargos da SUDECAP, priorizando a segurança de pedestres e as áreas de manobras de caminhões e de máquinas;
- 15.8.1.10. Avaliar, com registro em ata, os materiais e equipamentos disponibilizados pela Contratada, anotando as inconformidades verificadas, de acordo com as orientações para tal contidas no Caderno de Encargos da SUDECAP, normas da ABNT, e Plano de Controle de Materiais fornecido pela Contratada.
- 15.8.1.11. Avaliar o Controle tecnológico: verificar os relatórios emitidos pelos laboratórios, referentes aos materiais e serviços, que devem ser controlados por normas e orientações do Caderno de Encargos da SUDECAP e das normas da ABNT;

15.8.2. As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes, preferencialmente digitadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:

- 15.8.2.1. Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes;
- 15.8.2.2. Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
- 15.8.2.3. Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de soluções, com os responsáveis pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa das soluções propostas;
- 15.8.2.4. Relação das pessoas que receberão cópias da ata.

15.9. As atividades previstas no item 15 deste Termo de Referência não serão objeto de medição por constituírem-se em elemento essencial ao gerenciamento do contrato.

16. INSPEÇÃO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

- 16.1. É obrigatório que a Contratada desenvolva os seus trabalhos balizados em um Sistema de Qualidade, estruturalmente organizado, com definições claras das responsabilidades internas, competências e dos procedimentos executados nos serviços, voltados para a garantia de gestão da qualidade. Preferencialmente, o sistema de Qualidade a ser adotado deverá ser estruturado em conformidade com a série de normas NBR ISO 9001/2015 - Normas de Gestão e Garantia da Qualidade. Para a execução de serviços a Contratada seguirá todas as determinações deste Termo de Referência da Licitação, do Termo de Referência e do Caderno de Encargos da SUDECAP.
- 16.2. O início de cada serviço estará condicionado à prévia aprovação pela Contratante dos procedimentos e metodologia de execução e inspeção de serviços, bem como dos respectivos procedimentos de especificação e inspeção de materiais, os quais deverão ser condizentes com o Termo de Referência da Licitação e com o Caderno de Encargos da SUDECAP. Todo início de serviço será iniciado a partir de ordem de serviços emitida pela Contratante, que será acompanhada pelo orçamento previsto, elaborado pela DMIV-OBI ou GMCAR-OBI.
- 16.3. Registros dos serviços executados
- 16.3.1. Registro fotográfico
- 16.3.1.1. Deverá ser elaborado registro fotográfico periódico dos serviços, a fim de capturar imagens do desenvolvimento dos serviços que estejam em execução e apontados na medição.
- 16.3.1.2. O ponto de captura das imagens deve mostrar a visão mais abrangente das frentes de serviço, visando esclarecer questionamentos futuros sobre métodos construtivos, sequência das atividades, equipamentos e mão de obra envolvidos.
- 16.3.1.3. A entrega do relatório fotográfico é condicionante para a medição dos serviços no período, sendo também obrigatória apresentação dos arquivos avulsos de imagem em formato JPG em mídia eletrônica.
- 16.3.1.4. O número de fotos assim como a periodicidade (diário, semanal, etc.) será determinado pela Fiscalização, e deverão conter a data, horário e georreferenciamento do local em que foram capturadas.

- 16.4. A Contratada deverá apresentar até 20 (vinte) dias após receber a Ordem de Serviço

Inicial, o plano de controle dos materiais e serviços, discriminando os formulários necessários aos controles, e ao treinamento do pessoal envolvido nos processos de compra dos materiais e processos construtivos, o qual será objeto de análise e aprovação da SMOBI. O quadro a seguir apresenta a lista de serviços e materiais que deverão constar no plano de controle a ser apresentado. A Fiscalização poderá exigir, a seu critério, a apresentação das fichas de controle de matérias e serviços.

Controle de serviços de pavimentação	1. Identificação de Interferência
	2. Terraplenagem
	3. Regularização de subleito
	4. Execução de sub-base e base
	5. Execução de imprimação
	6. Pintura de ligação
	7. Execução de revestimento
Controle de materiais	1. Agregados
	2. CAP convencional e modificado
	3. Asfalto diluído
	4. Emulsões convencionais e modificadas

16.5. A respeito dos materiais que deverão ser utilizados, eles serão obrigatoriamente:

16.5.1. Construções em Concreto de Cimento Portland, tais como sarjeta, alteamento de poço de visita, passeio, dentre outros: Parâmetro de resistência mínimo conforme parâmetros tecnológicos conforme Caderno de Encargos da SUDECAP e normas regulamentadoras vigentes;

16.5.2. Aplicação de emulsão asfáltica para pintura de ligação: Deverá ser utilizada a emulsão RR-1C com diluição na razão de até 1:1 com água. A Fiscalização poderá solicitar à contratada a redução desta proporção para ter-se uma maior taxa de resíduo, caso necessário;

16.5.3. Para os traços de asfalto modificado com borracha deverá ser utilizado o CAP que atenda à norma de pavimentos flexível - Cimento asfáltico modificado por borracha de pneus inservíveis pelo processo via úmida, do tipo "Terminal Blending" - Especificação de material, ao Caderno de Encargos da SUDECAP e demais normas vigentes.

16.5.4. Nas execuções de reciclagem de pavimentos, deve-se utilizar/adicionar um percentual entre 2% a 4% de cimento e, a critério da Fiscalização, poderá ser

solicitada uma adição de até 20% de material graúdo (brita) para incorporação na mistura.

- 16.6. A contratada deverá executar ensaios tecnológicos para comprovação que os materiais empregados atendem às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência da Licitação, nos projetos, nas especificações dispostas no Caderno de Encargos da SUDECAP e nas normas vigentes. A periodicidade e frequência dos ensaios devem atender as exigências do Caderno de Encargos da SUDECAP e, no mínimo, relatório contendo todos os ensaios citados por via executada / Ordem de Serviço parcial.
- 16.7. A fresagem do revestimento, conforme o item 20.20.01, será utilizada exclusivamente nas alças de acesso às marginais e nas alças de acesso à pista principal do Anel Rodoviário. Por sua vez, a fresagem conforme o item 20.20.02 será aplicada exclusivamente nas marginais e na pista principal do Anel Rodoviário. Qualquer exceção a essa regra dependerá de autorização expressa da fiscalização.
- 16.8. O início do desenvolvimento de cada serviço ocorrerá somente mediante a autorização da Fiscalização.

17. PROJETO DA INSTALAÇÃO DE APOIO E SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO

- 17.1. A Contratada deverá apresentar o projeto de implantação da instalação de apoio, observando as exigências da Lei n.º 6.514/1977, das Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e do Caderno de Encargos da SUDECAP no que diz respeito ao refeitório, instalações sanitárias, vestiário e bebedouros para os operários, estabelecendo os fluxos principais de trânsito de materiais, pessoal e equipamentos.
- 17.2. Deverá ser instalado na instalação de apoio disponibilizado para a utilização pela Fiscalização e pelo engenheiro responsável da Contratada.
 - 17.2.1. Uma linha telefônica exclusiva fixa ou móvel, a critério da Fiscalização.
 - 17.2.2. Um notebook conectado em banda larga à internet contendo um microprocessador de quatorze núcleos ou superior, baseado em tecnologia de 64 bits, com tecnologia core I5 de 13ª geração ou superior, frequência de operação interna de 3,5 GHz ou superior, memória de 16 GB, SSD m.2 com 1 TB, Monitor padrão LED IPS, colorido, tamanho mínimo de 15" (quinze polegadas), placa de vídeo Off-Board com no mínimo 4GB de memória, WI-FI, placa de rede 10/100/1000, caixas de som amplificadas 300 watts, teclado multimídia, mouse óptico 3 teclas scroll. Sistema operacional Windows 11

Professional português, mídias de instalação de drivers/dispositivos, toda documentação do equipamento/dispositivos internos, com no mínimo os seguintes softwares: Office 2013 e MS Project 2010, AUTO CAD 2017 ou superior (todos devidamente licenciados);

17.2.3. Modem com Internet banda larga 4G, caso os equipamentos não estejam conectados a nenhuma infraestrutura de rede com internet;

17.2.4. Filtro de linha;

17.2.5. Impressora Multifuncional Tecnologia Lase Monocromática – (Multifuncional – Impressora/ Copiadora/ Scanner, velocidade 20ppm, Resol. Imp. 600x600dpi, memória 32MB, interface USB, compatível com Sistema Operacional Windows);

17.3. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a vigência deste contrato, ao menos um aparelho celular funcional, de sua propriedade ou disponibilizado para uso, com as seguintes características mínimas:

17.3.1. câmera com resolução mínima de 16 megapixels;

17.3.2. zoom óptico ou digital mínimo de 16x;

17.3.3. capacidade de transferência digital de imagens, seja por conexão direta (USB, Wi-Fi, Bluetooth) ou por meio de plataformas digitais (nuvem, e-mail, aplicativos de compartilhamento, entre outros).

17.3.4. O equipamento deverá estar disponível para uso sempre que necessário à execução dos serviços contratados, especialmente para fins de registro, documentação e envio de imagens, conforme exigido pelas atividades pactuadas neste instrumento.

17.4. Os equipamentos previstos no item 17 deste Termo de Referência, conforme Caderno de Encargos da SUDECAP, deverão ter seu custo, manutenção e seguro incluídos no preço composto e ofertado pela Contratada na Administração Local, e serão devolvidos ao final do contrato na entrega dos serviços.

18. FISCALIZAÇÃO

18.1. Todos os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados por agente(s) público(s) designado(s) pela Contratante, que terá(ão) plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o seu recebimento definitivo.

- 18.2. O contrato será fiscalizado pela SUZURB com apoio de seus contratados, que têm atribuição de acompanhamento e verificação contratual nos seus aspectos técnicos e administrativos, conforme estabelece o Decreto Municipal n.º 18.324/2023.
- 18.3. A Fiscalização acompanhará e verificará se a execução dos serviços está sendo cumprida conforme estabelece este Termo de Referência.
- 18.3.1. Competirá à Fiscalização dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, dando ciência à Contratada, como também auxiliar no planejamento executivo, emitir notificações, além de poder sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.
- 18.3.2. A Fiscalização deverá receber e providenciar posicionamento ao Gestor do Contrato de modo que este analise e delibere sobre proposições da Contratada que visem melhorar a execução dos serviços. As soluções referentes aos trabalhos desenvolvidos deverão ser previamente discutidas com a Fiscalização.
- 18.4. A Fiscalização solicitará apoio externo na verificação/aprovação dos seguintes serviços:
- 18.4.1. As condições de Segurança e a Saúde ocupacional serão verificadas por engenheiro/técnico de segurança da PBH, em vistorias periódicas e sem aviso prévio, as quais deverão ser lançadas no Diário do Contrato. Sendo observadas não conformidades ou irregularidades, as mesmas serão anotadas em relatório de vistoria, que será entregue à Fiscalização para repassar à Contratada. Essas não conformidades e irregularidades deverão ser prontamente solucionadas, sob pena de advertência e outras penalidades previstas em contrato.
- 18.4.2. A “Instalação de Rede Lógica”, será fiscalizada por técnico da PRODABEL (Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte).
- 18.4.2.1. A Fiscalização agendará a vistoria final da instalação após o recebimento de comunicação formal da Contratada, devidamente registrada no Diário do Contrato, informando a conclusão da instalação.
- 18.4.3. As Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PCIP), poderão ser vistoriadas por integrante do Corpo de Bombeiros/MG quando da sua conclusão, com a emissão do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

18.5. A atuação da Fiscalização em nenhuma hipótese exime ou reduz a responsabilidade integral da Contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

18.5.1. A Fiscalização poderá inclusive questionar detalhes construtivos dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.

18.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem atenua a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material impróprio ou de qualidade inadequada. A ocorrência de tais fatos não implicará em corresponsabilidade da Contratante, tampouco de seus agentes e prepostos.

18.7. O objeto ora licitado será fiscalizado pela **Gerência de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário da SUZURB/SMOBI**.

18.8. A Fiscalização acompanhará e verificará os aspectos administrativos da execução contratual.

18.8.1. Caberá a Fiscalização atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais, no âmbito de sua competência, e reportar ao Gestor do Contrato, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

19. VEÍCULO PARA A FISCALIZAÇÃO

19.1. A Contratada, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, deverá manter à disposição da Contratante, quando e enquanto exigido pela Fiscalização a partir da 1ª Ordem de Serviço até o Recebimento Provisório dos serviços, um veículo novo, com no máximo 01 (um) ano de fabricação, em perfeito estado de funcionamento e conservação, de no mínimo 1000 cc, com kit visibilidade, ar condicionado, licenciado, coberto com seguro total, respondendo por sua conservação e manutenção, inclusive pagamento de franquias em caso de sinistro, e fornecimento de combustível conforme planilha de orçamento.

19.1.1. Caso o veículo disponibilizado venha a ter mais de 01 (um) ano de fabricação durante a vigência do contrato, este deverá ser substituído para um que atenda a especificação descrita acima.

- 19.2. O veículo será destinado única e exclusivamente à Fiscalização dos serviços previstos neste Termo de Referência, não podendo ser dirigido por outras pessoas que não sejam da equipe técnica própria ou terceirizada da Contratante e nem fora do perímetro da região metropolitana de Belo Horizonte, sem expressa autorização de uma autoridade da Contratante.
- 19.3. O fornecimento de veículo justifica-se pela necessidade de deslocamento da equipe de Fiscalização ao longo dos diferentes trechos e frentes de serviço da obra de pavimentação do Anel Rodoviário, no Município de Belo Horizonte, considerando a extensão da intervenção e a execução simultânea de atividades, de modo a garantir o adequado acompanhamento, controle e verificação da execução contratual.
- 19.4. Fica estabelecido que os técnicos participantes dos trabalhos a quem for entregue o veículo assumirão individualmente responsabilidade total e incondicional pela condução do mesmo e, em caso de dano ou sinistro, responderão, civil e criminalmente, resguardando-lhe o direito de defesa no devido processo legal; sendo comprovado o dolo, sujeitar-se-á à sanção prevista no art. 482, da CLT, se aplicável.
- 19.5. Os veículos destinados à Fiscalização e o combustível serão alvo de medição, sendo efetivamente medidos de acordo com a necessidade, entendendo-se como razoável um consumo máximo de até 250 (duzentos e cinquenta) litros/mês de gasolina, de acordo com a média histórica de consumo em contratos anteriores com características similares, conforme planilha de orçamento – Apêndice I.
- 19.6. Caberá à contratada a responsabilidade pela execução de manutenções, substituições, mobilizações, desmobilizações e demais atividades não alheias ao objeto deste contrato, sendo vedada a transferência dessa responsabilidade aos empregados ou responsáveis vinculados a este instrumento pela utilização destes veículos para a realização de tais ações.

20. MEDIÇÕES E PAGAMENTO

- 20.1. Os serviços/materiais serão medidos após a conclusão de etapas, com base nas disposições do Cronograma Físico-Financeiro detalhado entregue pela Contratada.

20.1.1. Os serviços completados em acordo com as especificações técnicas e aprovados pela Fiscalização serão medidos nas etapas efetivamente executadas, mediante conhecimento da Fiscalização, nas unidades especificadas na Planilha de Orçamento.

20.1.1.1. Caso uma etapa construtiva não esteja concluída, a medição de outras etapas que possuem relação com a citada anteriormente

poderá ser suspensa até a conclusão de todas as etapas construtivas envolvidas. Esta suspensão poderá ser feita após a constatação da Fiscalização, da não conclusão da etapa construtiva.

20.2. Os serviços/materiais serão medidos mensalmente, conforme executados e estejam de acordo com as especificações técnicas, considerando seus preços unitários da planilha contratual e o cronograma físico financeiro do contrato.

20.2.1. Os serviços/materiais não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.

20.2.2. As medições serão elaboradas tendo em vista os serviços executados entre o primeiro e o último dia de cada mês, pela Fiscalização, com a participação da Contratada, sendo formalizadas e datadas até o 15º dia do mês seguinte.

20.3. A Administração Local (AL) será medida proporcionalmente ao valor de cada medição de serviços efetivamente executados, cumulativamente até o total de 100 unidades, considerando o custo de cada unidade conforme Planilha de Orçamento.

20.3.1. O quantitativo referente à Administração Local de cada medição será calculado da seguinte forma:

$$AL\ mensal = \frac{Medição\ mensal\ (exclusive\ AL)}{Valor\ global - AL} \times 100 = n^o\ de\ unidades$$

20.4. Os itens relativos à disposição ambientalmente correta de resíduos da construção civil (entulho e terra) serão medidos considerando o volume de material solto já empolado – medido topograficamente ou em cima de caminhão.

20.5. O prazo para pagamento da medição será de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo das Notas Fiscais/Faturas (atesto da Nota Fiscal pela Fiscalização).

20.5.1. O recebimento das Notas Fiscais/Faturas, tratado no **item 20.5**, ocorrerá apenas no caso de regularidade com as condições e documentos listados nos **itens 20.6 a 20.9**.

20.5.2. Havendo irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura ou na documentação exigida nos **itens 20.6 a 20.9**., o prazo para pagamento previsto no **item 20.5** será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada e novo atesto da Nota Fiscal pela Fiscalização.

- 20.5.3. Havendo atraso no pagamento do valor devido, por culpa exclusiva do Município, incidirá correção monetária até o pagamento efetivo, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.
- 20.5.4. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.
- 20.5.5. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo da Nota Fiscal ou documento equivalente observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1234/2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal nº 18.272/2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB nº 1234/2012.
- 20.5.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente na Nota Fiscal ou documento equivalente, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal nº 18.272/2023 c/c artigo 4º da IN RFB nº 1234/2023.
- 20.6. A liberação do processamento da medição inicial ficará vinculada à:
- 20.6.1. Entrega de Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica (TRT);
- 20.6.2. Relação da Equipe Técnica com a comprovação de integração de cada um dos profissionais que executarão o(s) serviço(s) ao Quadro Permanente da Contratada;
- 20.6.3. Apresentação e aprovação da documentação de segurança e saúde ocupacional;
- 20.6.4. Apresentação do certificado de matrícula no INSS;
- 20.6.5. Apresentação do Planejamento dos Serviços conforme o **subitem 15** deste Termo de Referência;
- 20.6.6. Apresentação e aprovação da documentação de segurança e saúde ocupacional;
- 20.6.7. Emissão de comunicação pela Fiscalização que recebeu os documentos relacionados nos **itens 20.6.1 a 20.6.4 deste Termo de Referência.**

20.7. Mensalmente, a liberação do processamento das medições ficará vinculada à:

20.7.1. Apresentação da documentação constante no **item 15 deste Termo de Referência**, quando aplicável;

20.7.2. À total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional;

20.7.3. À apresentação do Registro Fotográfico, conforme **subitem 16.3.1 deste Termo de Referência**;

20.7.4. Ao atendimento à legislação ambiental vigente, em especial **ao item 144 deste Termo de Referência**, sendo:

20.7.4.1. à comprovação do atendimento/implantação dos planos e controles ambientais e das condicionantes ambientais inerentes ao serviço executado;

20.7.4.2. à apresentação da documentação comprobatória do correto gerenciamento dos resíduos;

20.7.4.3. à apresentação das medidas adotadas para minimizar a emissão de ruídos e atenuar as vibrações e;

a. Essa documentação deverá ser atesta pelo profissional responsável pela gestão ambiental do serviço e ser acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

20.7.5. comprovação, por antecipação e mensalmente, dos recolhimentos do FGTS, devidamente acompanhados de relação nominal de empregados alocados no(s) serviço(s) (Guia do FGTS), bem como de todos os encargos trabalhistas, se for o caso;

20.7.6. comprovação, por antecipação e mensalmente, devidamente protocolada na Contratante, na seguinte ordem, após solicitação da GMEDI-SD:

1º Kit de documentação padrão:

- a. Nota fiscal;
- b. Declaração de materiais usados e Notas Fiscais correspondentes, caso tenha dedução na Nota Fiscal da Contratada nas bases de cálculo do ISS e INSS;
- c. Declaração trabalhista dos profissionais que prestaram serviços na medição, contendo: nome, função, horas trabalhadas e regime de contratação;
- d. SEFIP / GFIP / Protocolo de envio CONECTIVIDADE SOCIAL;

- e. FGTS comprovante pagamento e guia, se for o caso;
 - f. INSS comprovante de pagamento e guia.
- 2º Kit de documentação complementar:
- a. Resumo da folha de pagamento de funcionários;
 - b. Folha de pagamento de funcionários, se for o caso;
 - c. Recibo de pagamento de Autônomo, se for o caso,
 - d. Recibo de pagamento de Pró-labore, se for o caso,
 - e. Comprovante de pagamento de salário de funcionários, autônomos e pró-labore;
 - f. IRRF comprovante de pagamento e DARF, se for o caso,
 - g. Demais documentos que desejar encaminhar.
- 20.7.7. demonstração de recolhimento do ISS;
- 20.7.8. registro do GRP/SUCAF ativo e atualizado.
- 20.8. A liberação do processamento da medição final ficará vinculada:
- 20.8.1. A entrega do relatório de vistoria final entregue assinado de maneira digital e física, em três vias, à fiscalização. O recebimento das Notas Fiscais/Faturas, tratado no subitem 20.8, ocorrerá apenas no caso de regularidade com as condições e documentos listados nos subitens 20.5, 20.6 e 20.7 deste Termo de Referência;
 - 20.8.2. Dos critérios de medição:
 - 20.8.3. Para o pessoal: em função do número de horas efetivamente trabalhadas e apropriadas em formulário próprio da SMOBI, deduzidos os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias, que somente serão liberados pela CONTRATANTE à CONTRATADA na ocorrência do fato gerador.
 - 20.8.4. Os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da CONTRATADA que participarem da execução dos serviços contratados poderão ser depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada específica, aberta em nome da CONTRATADA, e com movimentação autorizada pela CONTRATANTE, quando a modalidade de pagamentos por meio de contas vinculadas estiver implementada e operacionalizada pela CONTRATANTE.
- 20.9. Para fins de obtenção da isenção de ISSQN prevista no artigo 1º da Lei Municipal nº 9.145/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 12.332/2006, o prestador de

serviço deverá informar no documento fiscal emitido o valor total do serviço, o valor do desconto, calculado pela aplicação da alíquota correspondente ao imposto que incidiria sobre a operação, se não fosse a isenção, e, ainda, o valor recebido ou devido em consequência da prestação do serviço.

- 20.10. A não comprovação pelo prestador de serviço do desconto a que se refere o subitem anterior em favor da Administração Direta e Indireta do Município implica a exigência do imposto nos termos da legislação aplicável.
- 20.11. Havendo irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura ou na documentação exigida nos **subitens 20.5, 20.6 e 20.7**, o prazo para pagamento previsto no **subitem 20.5** será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada e novo atesto da Nota Fiscal pela Fiscalização.
- 20.12. Havendo atraso no pagamento do valor devido, por culpa exclusiva do Município, incidirá correção monetária até o pagamento efetivo, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

21. REAJUSTAMENTO

- 21.1. Os preços são fixos e irrealizáveis pelo período de 12 meses, contados da data de referência da Planilha de Orçamento, **Apêndice I** do Termo de Referência), de acordo com o disposto no §1º, do art. 2º, combinado com o §1º, do art. 3º, ambos da Lei n.º 10.192/2001, devendo os reajustes seguintes obedecerem à mesma periodicidade anual, tendo como referência sempre o mesmo mês-base, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times \sum_{i=1}^n a_n \times \frac{I_{ni} - I_{n0}}{I_{n0}}$$

onde:

R é o valor do reajustamento;

P₀ é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

a_n é parâmetro cuja soma é igual a 1;

I_{n,i} é o índice de preço correspondente ao parâmetro **a_n** e relativo ao mês do reajuste;

$I_{n,o}$ é o índice de preço correspondente ao parâmetro a_n e relativo ao mês de elaboração da Planilha de Orçamento (**Setembro/2025**).

De acordo com o Art. 6º, inciso LVIII da Lei 14.133/2021, reajustamento em sentido estrito é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais. Neste sentido, para o processo em epígrafe e de acordo com metodologia adotada pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP, os parâmetros para reajustamento do contrato (parâmetro a_n) foram apurados nos seguintes moldes:

n	Índice de preço		a_n
C16	Materiais, Equipamentos e Serviços - Belo Horizonte	1467883	0,019
C17	Mão de obra - Belo Horizonte	1468073	0,007
C35	Edificações (Índice Nacional de Custo de Construção)	1464783	0,001
C37	Pavimentação	157972	0,218
C38	Terraplenagem	157956	0,007
C39	Consultoria	157980	0,001
C39A	Drenagem	1002385	0,001
C39B	Sinalização Horizontal	1002386	0,037
ADM	Administração Local	DNIT	0,036
AFB	Asfalto Borracha	DNIT	0,616
CAP	Cimento Asfáltico de Petróleo	DNIT	0,042
EAI	Emulsão Asfáltica de Imprimação	DNIT	0,001
ERR	Emulsões (RR1C E RR2C)	DNIT	0,011
MOB	Mobilização e Desmobilização	DNIT	0,003
Total			1,000

- 21.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.
- 21.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.5. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 21.6. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro

será de 06 (seis) meses e deverá ser solicitado no portal de serviços da PBH - <https://servicos.pbh.gov.br/servicos+fornecedor-revisao-de-preco-e-ou-troca-de-marca-secretaria-municipal-de-obras-e-infraestrutura+66e81dc16c15e078208ce8aa>.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras implícitas nos **Anexos do Edital de Licitação**:

- 22.1. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inc. XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- 22.2. Visitar o local dos serviços, por meio de seu responsável técnico, documentando fotograficamente as condições locais, avaliando a complexidade que envolve a execução do contrato;
- 22.3. Registrar a execução dos serviços contratados através da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no prazo estabelecido no art. 27, § 1º, da Resolução 1.137/2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou do Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, na forma e prazos da Resolução n.º 55/2019 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT;
- 22.4. Promover o competente registro do(s) serviços junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, com a averbação, à margem do registro, da cessão dos direitos do autor ao Contratante, na forma prevista nos arts. 19 e 50 da Lei n.º 9.610/1998, c/c art. 17 da Lei n.º 5.988/1973, c/c art. 17 da Lei n.º 5.194/1966, c/c art. 13 da Lei n.º 12.378/2010, c/c Resolução 1.029/2010 do CONFEA, c/c Resolução 67/2013 do CAU/BR;
- 22.5. Cumprir, dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;
- 22.6. Cumprir todas as obrigações estipuladas neste Termo de Referência;
- 22.7. Obter, sem qualquer ônus para a Contratante, todas as licenças e/ou autorizações exigidas pela legislação municipal;
- 22.8. Manter a frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou que venha a ser aprovada pela Contratante, na hipótese de não exigência de indicação, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a Fiscalização da Contratante e resolver problemas referentes aos serviços em execução, nos termos **do item 9 deste Termo de Referência**;

Comprometer-se a reservar, nos contratos cujo número de empregados seja igual ou superior a 10 (dez), o percentual mínimo de 10% (dez por cento) de postos de trabalho diretamente vinculados aos serviços e atividades de canteiro de obras para trabalhadoras do sexo feminino.

22.8.1. O cumprimento do disposto no **subitem 22.9 do Termo de Referência**, deverá ser comprovado mensalmente à Fiscalização do contrato, por meio de apresentação da lista de empregados da Contratada, com a indicação dos postos de trabalho ocupados pelos funcionários,

22.8.2. Na hipótese de a Contratada não atingir o percentual estabelecido, deverá comprovar a divulgação das vagas com linguagem flexionada em termos de gênero (como pedreira, armadora, carpinteira, entre outras), nos seguintes locais:

- a) em jornal de grande circulação;
- b) no site da empresa Contratada;
- c) no Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- d) na região onde a obra será executada, em locais de ampla circulação de pessoas, em especial mulheres.

22.8.3. Para o cumprimento do disposto nesta Cláusula, a Contratada poderá solicitar o apoio da Diretoria de Trabalho Técnico e Social da URBEL.

22.8.4. Em caso de não cumprimento da cota mínima, a Contratada deverá:

22.8.4.1. comprovar a divulgação de vagas para postos de trabalho diretamente relacionados aos serviços e atividades locais, destinadas a mulheres;

22.8.4.2. Aplicar integralmente o Código de Conduta acordado quando da adjudicação do contrato.

22.9. Cumprir, ao longo de toda execução do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

22.10. Fornecer todos os equipamentos necessários à execução do escopo ora licitado, observando as determinações **do item 10 deste Termo de Referência**;

- 22.11. Manter em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma físico, à qualidade e às especificações técnicas;
- 22.12. Fornecer à Fiscalização cópia dos registros dos equipamentos para conferências;
- 22.13. Apresentar o projeto de implantação da instalação de apoio e sistema de informatização, nos exatos termos **do item 17 deste Termo de Referência;**
- 22.14. Disponibilizar veículos licenciados e regulamentados, conforme determina o Código Nacional de Trânsito;
- 22.15. Comunicar previamente à Fiscalização qualquer substituição de equipamentos, veículos e/ou respectivos operadores, bem como informar imediatamente a ocorrência de qualquer acidente envolvendo tais bens ou profissionais.
- 22.16. Cumprir rigorosamente o planejamento gerencial das atividades na instalação de apoio, nos termos **do item 15 deste Termo de Referência;**
- 22.17. Fornecer à Fiscalização cópia dos registros dos equipamentos para conferências;
- 22.18. Disponibilizar veículos licenciados e regulamentados, conforme determina o Código Nacional de Trânsito;
- 22.19. Entregar à Fiscalização cópia dos documentos de habilitação dos responsáveis pela condução dos veículos para conferência;
- 22.20. Responsabilizar-se pelo recolhimento, triagem e destinação adequada dos resíduos independentemente da natureza destes, na forma **do subitem 14.3 deste Termo de Referência;**
- 22.21. Manter limpa a área de execução dos serviços, inclusive a instalação de apoio, sem lixos ou recipientes que possam acumular água, evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores, conforme exigido **no subitem 27.1 deste Termo de Referência;**
- 22.22. Assegurar e responsabilizar-se, durante a execução dos serviços, pela proteção e conservação desses, assim como dos materiais e equipamentos empregados, e/ou necessários à execução, até o recebimento provisório pela Administração;

- 22.23. Corrigir, refazer, reparar, revisar, ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 22.24. Permitir e facilitar, à Fiscalização da Contratante, a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados;
- 22.25. Obedecer, integralmente, ao Plano de Segurança dos serviços, conforme as Normas de Segurança do Trabalho;
- 22.26. Participar, ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;
- 22.27. Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou editados pela Contratante;
- 22.28. Manter atualizado o Diário de Contrato, nele registrando todas as ocorrências que afetem o prazo de execução, ou o orçamento dos serviços, devendo todas as anotações serem vistas pelo Fiscal do Contrato;
- 22.29. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução dos serviços em locais públicos;
- 22.30. Juntar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, além da justificativa, do Cronograma Físico-Financeiro e da Planilha de Orçamento Contratual, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do projeto, da Planilha Contratual, do Cronograma Físico-Financeiro e de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas;
- 22.31. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto deste contrato, para os servidores ou empregados da Contratante e dos órgãos de controle interno e externo;
- 22.32. Assinar a qualquer tempo, sem qualquer ônus para a Contratante, os documentos necessários, ou que vierem a ser necessários para a regularização dos serviços efetivamente executados perante os órgãos competentes (INSS, cartórios de registro de imóveis, regulação urbana, meio ambiente, conselhos profissionais, concessionárias,

permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, órgãos do patrimônio histórico e artístico de qualquer esfera de governo etc.), mesmo após a resolução, ou rescisão do Contrato.

- 22.33. Manter critérios para a prevenção à contaminação do COVID-19, conforme orientações dos órgãos competentes e da própria SMOBI se for o caso, conforme estabelecido no **subitem 27.2 deste Termo de Referência**;
- 22.34. Disponibilizar equipes devidamente uniformizadas, munidas dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários para o perfeito desempenho da função, conforme determina a o Ministério do Trabalho, assim como todo o material de proteção coletiva que for necessário a execução do serviço;
- 22.35. Manter critérios para a prevenção à contaminação do COVID-19, conforme orientações dos órgãos competentes e da própria SMOBI se for o caso, conforme estabelecido no **subitem 27.2** deste Termo de Referência;
- 22.36. Disponibilizar veículo para fins de fiscalização e acompanhamento dos serviços;
- 22.37. O transporte dos materiais necessários para execução do objeto deste empreendimento deverá obedecer às normas, portarias e recomendações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, BHTrans e demais órgãos de regulamentação de transporte, sendo da licitante contratada, esta responsabilidade, pela condição dos caminhões, seu peso líquido em relação ao tipo e categoria do veículo de transporte e trajetos permitidos na região urbana, inclusive em seus horários.
- 22.38. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 22.39. Prestar esclarecimentos necessários e revisar os documentos técnicos rejeitados pela Fiscalização, e efetuar todas as compatibilizações necessárias em todos os documentos, tanto os rejeitados quanto os inicialmente aprovados;
- 22.40. Não repassar informações sobre o trabalho objeto do Contrato, nem dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado ou documento recebido para a execução dos serviços ou produzido a partir da realização das ações, salvo com prévia autorização da Contratante;

- 22.41. Devolver à Contratante toda a documentação técnica recebida para execução dos trabalhos;

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 23.1. Acompanhar e fiscalizar, através da Contratante, os serviços realizados pela Contratada e as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no inc. XVI, do art. 92 da Lei 14.133/2021;
- 23.2. Prestar todas as informações necessárias, com clareza à Contratada para execução dos serviços contratados;
- 23.3. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estabelecido no contrato;
- 23.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir os defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços;
- 23.5. Acompanhar, fiscalizar e vistar o Diário de Contrato, por meio do Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/2021;
- 23.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 23.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - 23.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 23.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 23.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 23.7. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, as built, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

24. INFRAÇÕES E SANÇÕES

Sem prejuízo da aplicação das regras previstas no Capítulo I – Título IV, da Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 18.096/2022, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos Licitantes e/ou adjudicatários à Contratada que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas do Contrato ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos, ou sua inexecução total ou parcial, as seguintes sanções:

24.1. **advertência**, nos termos do art. 156, I, da Lei nº 14.133/2021;

24.2. **multas**, nos termos do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021, observados os seguintes percentuais:

24.2.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

24.2.1.1. Para fins da limitação de que trata o **item 24.2.1** deverão ser observados os parâmetros constantes no art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

Justificativa: A sanção ora estipulada é justificada, pois, necessária para o correto cumprimento e atendimento dos prazos estabelecidos em cronograma contratual, bem como para a manutenção da qualidade técnica dos serviços escopo do contrato.

24.2.2. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das seguintes infrações administrativas, observado o disposto no art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022:

24.2.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.2.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.2.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

24.2.2.4. deixar de entregar a documentação exigida;

- 24.2.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 24.2.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 24.2.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 24.2.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 24.2.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 24.2.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 24.2.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 24.2.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 24.2.3. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
- 24.2.3.1. tumultuar a sessão pública da licitação;
 - 24.2.3.2. propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
 - 24.2.3.3. deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
 - 24.2.3.4. deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

- 24.2.3.5. deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- 24.2.3.6. deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- 24.2.3.7. não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- 24.2.3.8. não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- 24.2.3.9. deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 24.2.3.10. manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- 24.2.3.11. utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- 24.2.3.12. deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- 24.2.3.13. deixar de disponibilizar os equipamentos indicados neste termo de referência;
- 24.2.3.14. deixar de cumprir os prazos conforme o cronograma físico com justificativas baseadas em disponibilização de equipamentos, materiais e mão de obra;
- 24.2.3.15. deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- 24.2.3.16. deixar de atualizar o cronograma físico em periodicidade prevista neste termo de referência ou quando solicitado pela fiscalização em um prazo de 1 (um) dia útil;

- 24.2.3.17. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- 24.2.3.18. deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 24.2.3.19. não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- 24.2.3.20. subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem;
- 24.2.3.21. deixar de iniciar um serviço após o recebimento da ordem de serviço em um prazo de 3 (três) dias úteis;
- 24.2.3.22. tolerar, no cumprimento do Contrato, ou instrumento equivalente, ou do fornecimento de material, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- 24.2.3.23. deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;
- 24.2.3.24. deixar de repor funcionários faltosos;
- 24.2.3.25. deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 24.2.3.26. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

- 24.2.3.27. deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pela Normas Regulamentadoras definidas pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho;
- 24.2.3.28. não atender aos requisitos mínimos para áreas de vivência definidos na NR-18 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
- 24.2.3.29. não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços;
- 24.2.3.30. deixar de observar os cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores, conforme disposto no **subitem 27.1** deste Termo de Referência.
- 24.2.4. Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual total ou parcial por meio das ordens de serviço parciais em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
 - 24.2.4.1. No caso de prestações continuadas, a multa de 5% será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.
- 24.2.5. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando o Contratado der causa à rescisão contratual, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Administração das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927, da Lei 10.406/2002.
- 24.2.6. Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor total atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores e o cumprimento das medidas protetivas contra a disseminação de COVID-19.

Justificativa: A sanção ora estipulada tem por finalidade munir o fiscal do contrato de instrumentos para um melhor desempenho de suas funções atribuídas pela legislação, em especial, as constantes do art 7º do decreto Municipal nº 15.185, de 04 de abril de 2013, dentre as quais destacamos: O combate à proliferação

do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores e as medidas protetivas contra a disseminação de COVID-19 tem previsão no Termo de Referência.

- 24.3. **impedimento de licitar e contratar**, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.2.2.2 a 24.2.2.7**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, bem como quando houver a aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de três anos;
- 24.3.1. Quando a sanção de impedimento de licitar e contratar for aplicada pelo Poder Legislativo do Município, no desempenho da função administrativa, impedirá o sancionado de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte.
- 24.4. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.2.2.8 a 24.2.2.12**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.2.2.2 a 24.2.2.7** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.
- 24.4.1. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o **item 24.2.2.12**, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.
- 24.5. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no **item 24.2.2 deste Termo de Referência**.
- 24.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste **Termo de Referência**.

- 24.7. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.
- 24.8. As multas a que se referem os **itens 24.2.1 a 24.2.4 deste Termo de Referência** serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.
- 24.9. A multa prevista no **item 24.2.1** pode ser aplicada cumulativamente com as multas previstas **nos itens 24.2.2 a 24.2.4 deste Termo de Referência**.
- 24.10. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.
- 24.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 24.11.1. A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.
- 24.11.2. A aplicação das sanções previstas no **item 24.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.
- 24.12. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 24.13. As multas por atraso no cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a Contratada terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nas subcláusulas a seguir:
- 24.13.1. o eventual descumprimento do cronograma será comunicado à Contratada juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;

- 24.13.2. a Contratante analisará a solução e prazo apresentados pela Contratada, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da Contratada;
- 24.13.3. após o prazo fixado pela Contratada para a solução do atraso, a Contratante irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;
- 24.14. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação
- 24.15. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 24.16. As sanções serão devidamente motivadas pelo Fiscal do Contrato e serão processadas de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 18.096/2022.
- 24.17. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25. RELATÓRIO DE VISTORIA FINAL

- 25.1. O documento deverá ser elaborado contendo registros fotográficos de todas as vias que foram escopo de manutenção e a comprovação que os serviços nelas executados atenderam os parâmetros técnicos exigidos nos documentos aqui citados, nos projetos e nas normas vigentes.

26. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 26.1. Durante a execução dos serviços a Fiscalização fará recomendações de adequações e/ou correções de serviços executados ou em execução, dando ciência das mesmas à Contratada, bem como orientações quanto à limpeza do local, conforme Caderno de Encargos da SUDECAP, para o seu recebimento provisório e definitivo.
- 26.2. Previamente à conclusão dos trabalhos, a Fiscalização informará ao gestor que o serviço está em vias de ser concluída e agendará data para a Vistoria Técnica Provisória.
- 26.2.1. A Vistoria Técnica Provisória deverá contar com a presença da Comissão de Recebimento dos Serviços, que deve ser composta pelo responsável técnico da Contratada, pelo fiscal do Contrato, sua chefia imediata e a pessoa designada pela temática demandante como responsável pelo acompanhamento da vistoria.
- 26.2.2. A Vistoria Técnica Provisória tem como objetivo verificar o cumprimento das exigências de caráter técnico do objeto do contrato, analisando a conformidade de todos os serviços executados e materiais aplicados.
- 26.2.3. Concluída a Vistoria Técnica Provisória, a Comissão de Recebimento dos Serviços lavrará termo circunstanciado, contendo registro fotográfico do empreendimento, que deverá ser assinado por todas as partes.
- 26.2.4. Caso existam pendências/inconformidades técnicas a serem sanadas, o termo deverá constar quais os serviços/materiais deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados, estipulando um prazo, não superior a **20 (vinte) dias**, para correção dos mesmos.
- 26.2.4.1. Neste caso, a Contratada deverá tomar as providências necessárias para reparar ou substituir, conforme orientação da Comissão, no prazo designado.
- 26.2.4.2. Concluídas as correções, a Comissão retornará em nova data ao local para verificar se os serviços/materiais serão aceitos ou não. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela Comissão, será emitido o Termo de Recebimento Provisório – TRP, que será assinado pelas partes e conterá registro fotográfico do empreendimento.
- 26.2.5. Na hipótese de não existir pendências/inconformidades técnicas a serem sanadas por ocasião da Vistoria Técnica Provisória, por ter sido verificado o

cumprimento de todas as exigências de caráter técnico para recebimento do objeto do contrato pela Comissão, será emitido, desde logo, o Termo de Recebimento Provisório – TRP, que será assinado pelas partes e conterá registro fotográfico do empreendimento.

26.3. Decorridos 90 (noventa) dias da data do Termo de Recebimento Provisório –TRP e desde que o *as built* tenham sido entregues à Fiscalização, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo – TRD, que também deverá ser assinado pelo responsável da Contratada e conter registro fotográfico.

26.4. O Termo de Recebimento Definitivo – TRD somente será emitido se não forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, dentro do prazo estabelecido no subitem anterior ou enquanto não tenha sido atendida a condicionante de entrega do *as built*.

26.4.1. Caso contrário, a Contratada deverá corrigir, refazer, reparar, revisar, ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que forem identificadas inconformidades técnicas.

26.4.2. A garantia da execução dada pela Contratada será liberada após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD, mas a responsabilidade da Contratada permanece nos termos da legislação civil aplicável.

26.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Combate ao mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores

27.1.1. A Contratada deverá manter a área de execução dos serviços limpa, sem lixo e acúmulo de água, evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores.

27.2. A Contratada deverá seguir na área de execução dos serviços, inclusive a instalação de apoio, se for o caso, as determinações da Secretaria Municipal de Saúde a respeito das normas de controle e combate à COVID 19.

27.3. Os serviços previstos neste contrato poderão ser executados em período noturno ou diurno, este último excepcionalmente, à critério da Fiscalização, licença de interdição

parcial ou total de vias ou outros fatores.

- 27.4. Os poços de visita, sobretudo nas marginais, deverão ser alteados e coroados imediatamente a cada 400 (quatrocentos) metros recapeados/reconstruídos de uma via ou após a conclusão da ordem de serviço, caso a extensão da mesma seja menor que os 400 (quatrocentos) metros citados anteriormente. O não cumprimento das regras supracitadas podem acarretar retenção da medição até regularização dos serviços.
- 27.5. A contratada deverá, preferencialmente, priorizar a contratação de mão de obra feminina em todos os cargos e funções atuantes nestes respectivos contratos, a fim de atender o plano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI de inclusão de mulheres na construção civil.
- 27.6. Fazem parte deste Termo de Referência da Licitação os seguintes apêndices:

Apêndice I	Planilha de Orçamento
Apêndice II	Cronograma Físico Financeiro
Apêndice III	Memória de Cálculo dos BDI
Apêndice IV	Administração Local
Apêndice V	Encargos Sociais
Apêndice VI	Composição de Preços Unitários
Apêndice VII	Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica Orçamentária
Apêndice VIII	Dispensa de Licenciamento Ambiental e Urbanístico
Apêndice IX	Pranchas – Pavimento Tipo
Apêndice X	Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica Quantitativo

Belo Horizonte, na data da última assinatura.



Documento assinado digitalmente

HUGO RIBEIRO ROCHA MELO

Data: 07/05/2026 15:18:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eng.º Hugo Ribeiro Rocha Melo

Gerente de Manutenção e Conservação do Anel Rodoviário – GMCAR

Diretoria de Manutenção de Infraestrutura Viária – DMIV

Subsecretaria de Zeladoria Urbana – SUZURB

MAURICIO

CANGUSSU

MAGALHAES:04502

Eng.º Maurício Cangussu Magalhães

Assinado de forma digital
por MAURICIO CANGUSSU

MAGALHAES:04502854646

Dados: 2026.05.11 11:27:26

Diretor de Manutenção de Infraestrutura Viária – DMIV

Subsecretaria de Zeladoria Urbana – SUZURB

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI